

Diário do Legislativo de 14/08/2002

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO PROGRESSISTA (PMDB/PPS/PSD):

Líder: Ivair Nogueira

Vice-Líderes: José Henrique e Márcio Cunha

2) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Agostinho Silveira

Vice-Líder: Anderson Aauto

3) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Antônio Carlos Andrada

Vice-Líder: Kemil Kumaira

4) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Arlen Santiago

Vice-Líder: Ambrósio Pinto

5) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Sebastião Costa

Vice-Líder: Alberto Bejani

6) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Alencar da Silveira Jr

Vice-Líder: Marcelo Gonçalves

7) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Luiz Fernando Faria

8) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Durval Ângelo

Vice-Líder: Edson Rezende

9) LIDERANÇA DO PSB:

Líder: Miguel Martini

Vice-Líder: Elaine Matozinhos

10) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Antônio Andrade (PMDB)

Vice-Líderes: João Pinto Ribeiro (PTB), Gil Pereira (PPB) e Bené Guedes (PDT)

11) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Luiz Tadeu Leite (PMDB)

12) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Ermano Batista (PSDB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Eduardo PL Presidente
Brandão

Deputado Hely PSDB Vice-Presidente
Tarquínio

Deputado Sebastião PFL
Navarro Vieira

Deputado Cristiano PTB
Canêdo

Deputado Antônio BPDP
Andrade

Deputado Sargento PDT
Rodrigues

Deputado Rogério PT
Correia

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Agostinho PL
Silveira

Deputado Amilcar Martins PSDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Luiz Tadeu BPDP
Leite

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Adelmo PT
Carneiro Leão

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marco PL Presidente
Régis

Deputado Ailton PTB Vice-Presidente
Vilela

Deputado Alberto PFL
Bejani

Deputado João Leite PSB

Deputado Pinduca PPB
Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Pastor George PL

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Miguel Martini PSB

Deputado Glycon Terra PPB
Pinto

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Geraldo BPDP Presidente
Rezende

Deputado Agostinho PL Vice-Presidente
Silveira

Deputado Ermano PSDB
Batista

Deputado Eduardo PFL
Hermeto

Deputado Ailton PTB
Vilela

Deputado Sávio BPDP
Souza Cruz

Deputado Durval PT
Ângelo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Luiz Tadeu BPDP
Leite

Deputado Cabo Morais PL

Deputado Antônio Carlos PSDB
Andrada

Deputado Sebastião PFL

Costa

Deputado Fábio Avelar PTB

Deputado Márcio BDPD
Kangussu

Deputado Edson Rezende PT

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Maria PT Presidente
José Haueisen

Deputado João PL Vice-Presidente
Paulo

Deputado Doutor BDPD
Viana

Deputado Agostinho PTB
Patrús

Deputado Bené PDT
Guedes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Anderson PL
Aduino

Deputado Antônio BDPD
Andrade

Deputado Ailton Vilela PTB

Deputado Marcelo PDT
Gonçalves

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Márcio BDPD Presidente
Kangussu

Deputado Marcelo PDT Vice-Presidente
Gonçalves

Deputado Edson PT
Rezende

Deputado Elbe PSDB
Brandão

Deputado João Leite PSB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Doutor Viana BDPD

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Antônio Carlos PSDB
Andrada

Deputado Elaine PSB
Matozinhos

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo Piau PFL Presidente

Deputado Antônio PSDB Vice-Presidente
Carlos Andrada

Deputado José BDPD
Henrique

Deputado João Pinto PTB
Ribeiro

Deputado Dalmo PPB
Ribeiro Silva

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sebastião PFL
Costa

Deputado Amilcar Martins PSDB

Deputado Jorge Eduardo BDPD
de Oliveira

Deputado Cristiano PTB
Canêdo

Deputado Glycon Terra PPB
Pinto

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Mauro PSB Presidente
Lobo

Deputado Ivair BDPD Vice-Presidente
Nogueira

Deputado Anderson PL
Adauto

Deputado Rêmolo PFL
Aloise

Deputado Dilzon PTB
Melo

Deputado Luiz PPB
Fernando Faria

Deputado Antônio PSDB
Carlos Andrada

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adelmo PT
Carneiro Leão

Deputado Antônio BDP
Andrade

Deputado Eduardo PL
Brandão

Deputado Sebastião PFL
Navarro Vieira

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Gil Pereira PPB

Deputado Kemil Kumaira PSDB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado José PL Presidente
Milton

Deputado Fábio PTB Vice-Presidente
Avelar

Deputado Antônio BDP
Andrade

Deputado Miguel PSB
Martini

Deputado Maria PT
José Haueisen

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Pastor George PL

Deputado Agostinho PTB
Patrús

Deputado Sávio Souza BDP
Cruz

Deputado João Leite PSB

Deputado Rogério Correia PT

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João PDT Presidente
Batista de Oliveira

Deputado Chico BPDP Vice-Presidente
Rafael

Deputado Jorge BPDP
Eduardo de Oliveira

Deputado Kemil PSDB
Kumaira

Deputado Paulo Piau PFL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Sávio Souza BPDP
Cruz

Deputado Luiz Menezes BPDP

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Sebastião PFL
Navarro Vieira

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dimas BPDP Presidente
Rodrigues

Deputado Agostinho PTB Vice-Presidente
Patrús

Deputado Elaine PSB
Matozinhos

Deputado Antônio BPDP
Genaro

Deputado Amilcar PSDB
Martins

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José Henrique BPDP

Deputado Ailton Vilela PTB

Deputado Mauro Lobo PSB

Deputado Irani Barbosa BPDP

Deputado Maria Olívia PSDB

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Cristiano PTB Presidente
Canêdo

Deputado José BDPD Vice-Presidente
Braga

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Cabo PL
Morais

Deputado Adelmo PT
Carneiro Leão

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Agostinho PTB
Patrús

Deputado Jorge Eduardo BDPD
de Oliveira

Deputado Marcelo PDT
Gonçalves

Deputado Marco Régis PL

Deputado Edson Rezende PT

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo PPB Presidente
Ribeiro Silva

Deputado Edson PT Vice-Presidente
Rezende

Deputado Paulo PL
Pettersen

Deputado Djalma PSDB
Diniz

Deputado Luiz BDPD
Menezes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PPB

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Adelino de PMN
Carvalho

Deputado Elbe Brandão PSDB

Deputado Márcio BDPD
Kangussu

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Melo	Dilzon PTB	Presidente
Deputado Pinto	Bilac PFL	Vice-Presidente
Deputado Barbosa	Irani BPDP	
Deputado Pereira	Gil PPB	
Deputado Pinheiro	Dinis PL	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago	PTB
Deputado Rêmolo Aloise	PFL
Deputado Ivair Nogueira	BPDP
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PPB
Deputado Brandão	Eduardo PL

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIAE COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Olívia	Maria PSDB	Presidente
Deputado Pereira	Gil PPB	Vice-Presidente
Deputado Cunha	Márcio BPDP	
Deputado Pinto	Ambrósio PTB	
Deputado George	Pastor PL	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elbe Brandão	PSDB
Deputado Luiz Faria	Fernando PPB
Deputado José Braga	BPDP
Deputado Ribeiro	João Pinto PTB
Deputado Marco Régis	PL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 379ª Reunião Ordinária Interrompida

1.2 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DO EVENTO REALIZADO NA 379ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 6/8/2002

Presidência da Deputada Maria José Haueisen

Sumário: Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Execução do Hino Nacional - Palavras da Sra. Presidente - Exibição de vídeo - Palavras do Padre Abdala Jorge - Palavras do Deputado Adelmo Carneiro Leão - Palavras do Sr. Altemir Tortelle - Palavras do Sr. Antônio Roberto Lambertucci - Entrega de placa.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Antônio Roberto Lambertucci, Coordenador Geral da Escola Sindical Sete de Outubro; Carlos Calazans, Secretário Municipal Adjunto dos Direitos da Cidadania, representante da Prefeitura de Belo Horizonte; Carmen Benitez, representante da Organização Internacional do Trabalho - OIT -; Altemir Tortelle, Secretário Nacional de Formação da CUT; Lúcio Célio Guterrez, Presidente da CUT Estadual; Padre Abdala Jorge, pároco de Acesita; Enrico Giusti, Diretor do ISCOS - Emilia Romagna Itália; e o Deputado Adelmo Carneiro Leão, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença dos Srs. Carlos Alberto de Freitas, Secretário-Geral do Sindicato dos Bancários de Juiz de Fora, Vinícius Varela, Vice-Prefeito de Ipatinga, representando a Prefeitura Municipal daquela cidade, Kléber Willian de Souza, Presidente e Assessor de Imprensa da METASITA, CUT do Vale do Aço, Antônio Carlos Hilário, Coordenador-Geral do Sind-UTE; Giorgio Santini, Secretário Nacional da Confederação Italiana dos Sindicatos dos Trabalhadores; Italo Stellon, da Confederação Geral Italiana do Trabalho; Dimas Rangel Fernandez, da Confederação dos Trabalhadores do México - CTM México -; Ulisses Garrido, da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - CUTP-IN -; Angel de la Peña, da União Geral dos Trabalhadores - UGT Espanha -; Carlos Alberto Capagil, das Comissões Operárias da Espanha; Roberto Franklin Leão, da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ensino - CNTE -; Amanda Villatoro, Secretária de Formação Sindical da Organização Interamericana de Trabalhadores - ORIT - e da Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres - CIOSL; Rosaura Magalhães, representando a Secretaria Municipal da Educação; Iracema Marciano, Coordenadora dos Cursos de Qualificação FAT, Instituto Darcy Ribeiro; Silmônica Tocafundo, Conselheira do CETER-MG, Instituto Darcy Ribeiro; Guido Divino, representando Ermélio Soares Campos, Presidente da Federação dos Aposentados; José Renato de Carvalho Barbosa, Diretor do SINDIELETRO; José Eudes Braúna Bezerra e Céres Maria Torres, Diretores da ANDES; José Carlos Pigatti, Secretário de Formação da CUT do Espírito Santo; João Batista Cassiano, Coordenador da Federação Sindical Democrática dos Metalúrgicos; Roberto Leão, Diretor de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Ronaldo Serra Camargo, representando o Secretário de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, e Luiz Alberto Vieira.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O locutor - Destina-se esta parte da reunião a homenagear a Escola Sindical Sete de Outubro pela passagem dos seus 15 anos de fundação.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos a todos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras da Sra. Presidente

Esta Presidência tem a grata satisfação de dar início à homenagem à Escola Sindical 7 de Outubro.

No dia 29/8/87, há 15 anos, portanto, nascia a Escola Sindical, como parte integrante da experiência da CUT. Seu nome evoca a data infausta de 7/9/63, quando violenta repressão policial à greve dos metalúrgicos da USIMINAS matou, em Ipatinga, 33 operários, mártires, junto a outros 300 feridos da causa do sindicalismo.

A fundação e a instalação da Escola, no contexto da redemocratização do País, representou ampliação das diferentes experiências de formação sindical e política.

Seu nascimento foi possível graças a uma campanha intitulada "Uma Escola para a CUT", realizada pela Federação Italiana dos Metalúrgicos e pela Central Italiana de Sindicatos de Trabalhadores, exprimindo a solidariedade e a cooperação internacional entre trabalhadores italianos e brasileiros.

A construção de uma sociedade democrática sempre foi o objetivo da 7 de Outubro, atuando e tornando-se referência da produção e da socialização do conhecimento sobre os ambientes de trabalho, tanto urbanos quanto rurais.

A reflexão e o acompanhamento da formação de trabalhadores e trabalhadoras sempre esteve em sintonia com os desafios da consolidação de um projeto maior, inserido em visão nacional, abarcando as relações políticas e sociais com a vida do trabalho.

Instalada em Belo Horizonte, no Barreiro, região de tradicional presença operária, a Escola Sindical dispõe de instalações modernas e funcionais, além de eficiente infra-estrutura de apoio às atividades de formação, propícia à realização de vários eventos.

Entidade de utilidade pública municipal, reconhecida desde 1992, tem estado bastante presente na vida belo-horizontina, realizando, em parceria com a Prefeitura, importantes atividades de formação profissional e também de educação de jovens e adultos. Mas todo o nosso Estado e também o Rio de Janeiro e o Espírito Santo integram e beneficiam-se da coordenação regional abrangida pela Escola.

Esta Casa formula votos de uma vida profícua, na mesma trilha de êxitos, à Escola Sindical 7 de Outubro, reconhecendo seu denodado esforço na capacitação do trabalhador, tornando-o cidadão pleno e consciente de seu papel político numa nação democrática.

Exibição de Vídeo

O locutor - Será exibido vídeo institucional da Escola, mas, antes, gostaríamos de convidar para fazer parte da Mesa os Exmos. Srs. Altemir Tortelle, Secretário Nacional de Formação da CUT; Enrico Giusti, Diretor do ISCOS - Emília Romagna Itália; Lúcio Célio Guterrez, Presidente da CUT Estadual.

- Procede-se à exibição de vídeo.

Palavras do Padre Abdala Jorge

Cumprimento a todos. Não escondo a minha emoção. Quando o Presidente do Sindicato da METASITA me convidou para esta homenagem à Escola 7 de Outubro, o Kléber estranhou, porque aceitei muito depressa, pois esse não é o nosso costume. O Deputado Ivo José também estranhou a minha atitude.

Mas me emocionei muito também quando vi a Regina, que faz parte da Escola, pois nos faz lembrar da escola de João Monlevade, com a coordenação e a presença do Presidente do Sindicato dessa cidade, João Paulo Pires de Vasconcelos. Para a escola de Monlevade iam os operários da saudosa JOC e os membros da Pastoral Operária, para se articularem. A presença da Regina faz-nos lembrar de que a Escola 7 de Outubro de Monlevade é o ramo ou o fruto dessa semente plantada no Vale do Aço.

O ambiente de Ipatinga, na USIMINAS, era impenetrável. Nós, do lado de cá do rio. O rio Piracicaba nos separa, mas uma ponte nos une. Do lado de lá do rio não havia ambiente para a classe operária se organizar. O sindicato era um só. Os trabalhadores reuniam-se em Acesita. Aliás, nessa época já havia dois sindicatos, mas quando o sindicato se articulava as reuniões eram feitas em Acesita, já com a presença dos franciscanos, Freis Eduardo e Jaime. Se não fossem eles não teríamos condições de marcar presença na USIMINAS.

O candidato que articulamos na casa paroquial de Acesita era o Ivo. Quando voltaram da Casa do Trabalhador de Monlevade o candidato foi o Chico Ferramenta. E foi uma disputa em que, contra toda expectativa, a chapa do Chico Ferramenta disputou de igual para igual. Havia cinco chapas. Não consegui ganhar da primeira, mas por bobeira. Não seguíram o nosso conselho. Quando cheguei à USIMINAS, em Ipatinga, vi faixas. Em uma delas estava escrito: "Chapa 1 é Oposição, o resto é do patrão". Disse-lhes para tirar a faixa, a fim de preparar o 2º turno. Não acreditaram. Quando chegou o 2º turno foi aquilo. A campanha foi vitoriosa, principalmente por causa da coragem dos Freis Eduardo e Jaime. Não tínhamos condições, por quê?

Estão esperando que fale sobre o massacre de Ipatinga. Estou dando a preliminar. Ficamos emocionados. Quando fui a Ipatinga, chegando a Fabriciano, antes do trevo, o clima de tensão era tremendo. Paramos o jipe e perguntei o que estava acontecendo. Quando cheguei ao hospital, o Pe. Antônio Rocha, que morava na Fazenda de Mitra, em Fabriciano, disse que havia muitos ferido, alguns mortos e que, no local, a situação estava sob controle. Disse para ir a Ipatinga, porque lá estava uma confusão. Quando cheguei a Ipatinga, no Horto, os operários estavam incendiando um caminho que havia levado bóia em Santa Mônica, se não me engano, para os que estavam lá sitiados. Quando o caminho voltou os operários o incendiaram e estavam marretando-o.

Quando vi aquilo, pensei: é melhor ficarem distraídos com esse caminho do que pondo fogo no resto. Voltei correndo a Acesita e procurei o Geraldo Quintão, que já foi Deputado e Prefeito do nosso município, Timóteo e Acesita, e disse-lhe: "Olhe, a situação está incontrolável. Você tem de ir até lá". E ele me disse que não adiantava, porque lhes não escutavam. Disse-lhe, então, que era melhor alguém mandar pôr fogo que cada um pôr fogo por conta própria. Arranjamos a aparelhagem com os padres salesianos em Acesita e ele pegou a Rural do sindicato. O movimento começou a ter interesse, estava voltando àquele ponto de convergência. Daí a pouco, chegou Magalhães Pinto, o Deputado Geraldo Quintão e um Vereador da Câmara de Belo Horizonte. Os Diretores da USIMINAS reuniram-se no Castelo, lugar nobre onde se reuniam. E começaram a ter interesse pela negociação. A atitude da polícia foi muito violenta, não me perguntem quantos mortos. O número é discutido. Dizem que foram oitenta e poucos. Uns dizem mais, outros menos. Dificilmente, teremos o número exato. Os vigilantes e a polícia metralharam operários indiscriminadamente, porque estavam resistindo. Todas as marmitas foram revistadas, numa exibição de força tremenda. A classe trabalhadora tinha condição de resistir. Quando começou a negociação, os ânimos se acalmaram, mas a USIMINAS armou-se. Havia sugerido

ao Geraldo Ribeiro que pedisse a substituição da Polícia Militar de Minas pelo Exército. Era incompatível a presença da polícia ali. Imaginem que isso aconteceu em outubro de 1963. E se viesse o Exército? Talvez, se isso tivesse acontecido, os planos de Magalhães Pinto tivessem sido frustrados, pois certamente, àquela altura, já tinha articulado o golpe de 31/3/64. O Geraldo Ribeiro disse-me que minha proposta era inegociável, porque urgia uma medida imediata. Faltava um ponto de convergência. Era melhor que houvesse alguém mandando pôr fogo que cada um fazendo isso por conta própria. Por isso, respeito e saúdo o Deputado Adelmo pela iniciativa de dar a essa Escola o nome de 7 de Outubro, para resgatar esse episódio, se é possível resgatar esse ponto de convergência. A classe operária está ausente das nossas praças. A classe operária está desarmada. Não temos vez.

O grito de Karl Marx "trabalhadores de todo mundo, uni-vos" está sendo respondido por uma força muito maior: capitalistas neoliberais de todo mundo, uni-vos. A classe operária está sendo esmagada, sujeita a aceitar qualquer condição de trabalho por questão de sobrevivência. O nome 7 de Outubro dá esperanças aos trabalhadores, que, ontem, tinham seus representantes, tinham força para enfrentar os problemas. Estranhei que a Escola 7 de Outubro não tenha o dossiê contendo a documentação daquele massacre. Foi uma perseguição indecente, que fez com que nós, do Vale do Aço, passássemos pela humilhação de ver do lado de cá do rio, porque do lado de lá não teria clima para isso.

A classe trabalhadora experimenta recessão e desemprego, que é a arma dos donos do poder e das máquinas. O operário é dono de seus músculos e de seu trabalho. Quando quer fazer greve, recusa o seu trabalho. Mas os donos das máquinas podem paralisá-las, fechar as fábricas, porque a força que têm é única. No mundo inteiro está faltando uma força diferente para pelo menos contrabalançar. Por isso, a Escola 7 de Outubro, pelo nome, resgata lembranças de resistência e esperança. Pertencemos à Igreja do Cristo que nos ensinou a ser o fermento, mas que o braço representante da classe trabalhadora, o braço político, ou seja, o PT, continue a alimentar as nossas esperanças. Pedi ao Marcos Arruda que dissesse ao Lula que temos uma esperança louca nele. Acreditamos muito nele. Lula tem credibilidade. Deu credibilidade ao PT. Pode negociar até com o capeta, mas que faça como Cristo. Conforme a passagem do Evangelho, o capeta, na última tentação, disse-lhe: "tudo isso te darei". Cristo negociou com ele durante bastante tempo. Mas, ao receber esse ultimato, mandou o capeta voltar para o inferno. Lula tem credibilidade. O PT pode continuar a alimentar as nossas esperanças.

E vou terminar minha fala agora. Os companheiros Cícero e Cléber já sabem o que vou falar, pois sempre toco nesse assunto. Esse PT de vocês parece com a minha Igreja Católica: tem de tudo e em que continuamos a acreditar. Na minha visão, é o único espaço que nos deixa visualizar um futuro melhor para todos os oprimidos e para toda nossa gente.

Deixei para fazer no fim o que não fiz no começo: minha apresentação. Sou natural de São João del-Rei, cidade de Tiradentes e de Tancredo Neves, duas pessoas que nos servem de modelos: uma morreu na forca, a outra morreu na cama. Esse dois modelos devemos seguir na hora certa, no momento certo. Se formos para a forca na hora de ir para a cama, somos bobos; no entanto, se formos para a cama na hora de enfrentar a forca, somos covardes. Como é difícil conciliar as situações!

Fazemos uma torcida imensa para o PT continuar a ter a credibilidade de toda nossa gente.

Palavras do Deputado Adelmo Carneiro Leão

Boa tarde. Faço parte daquele grupo que acredita que outro Brasil é possível e que esse outro Brasil possível é aquele, como falou com tanta esperança o Pe. Abdala, País de trabalhadores, de justiça, de dignidade, de solidariedade, de partilha.

Se me perguntassem onde está hoje esse outro Brasil possível, diria que é na Escola Sindical 7 de Outubro. Se me perguntassem onde está a Escola Sindical Sete de Outubro - talvez muitos já tivessem a resposta: no Barreiro -, diria a vocês que está muito além do Barreiro. Está lá, sim, com uma estrutura acolhedora e bem construída, com o generoso apoio dos sindicatos italianos, de companheiros e companheiras da Itália. Mas a Escola 7 de Outubro está no coração e na inteligência de muita gente que por lá passou, de professores, alunos, sindicalistas, do Toninho, da Regina, da Cida, do Geraldo, de todos os que por lá passaram.

Acredito neste outro Brasil e, apesar de estarmos vivendo um momento de muitos desafios, acredito também que os colocaremos sobre nossos ombros, para fazer possível esse outro Brasil.

Quero cumprimentar minha companheira, amiga e colega, Deputada Maria José Hauelsen; o Carlos Calazans; meu amigo e companheiro Antônio Roberto Lambertucci; a professora, educadora e aprendiz - segundo o princípio de Paulo Freire, cumprido por todos na Escola, de ensinar e aprender - Carmen Benitez; Altemir Tortelle; o Enrico Giusti; meu companheiro e amigo, Lúcio César Guterrez; o Pe. Abdala Jorge. Cumprimento a todos os presentes, as lideranças, os companheiros e as companheiras. Como resultado de anos de ditadura militar no Brasil, o movimento sindical brasileiro encontrava-se, no final da década de 70 e no início dos anos 80, num processo de completo atrelamento ao aparelho de Estado e de submissão perante o Governo e os patrões. Durante décadas, todos os movimentos reivindicatórios haviam sido reprimidos, e suas direções perseguidas. Surgem, então, a partir das grandes greves dos metalúrgicos do ABC, em São Paulo, dos metalúrgicos de João Monlevade, e mesmo da grande explosão popular que foi a greve dos "Peões" em Belo Horizonte, movimentos reivindicatórios que desafiaram os patrões, politizaram as reivindicações dos trabalhadores e enfrentaram o poder da Ditadura Militar.

Esses movimentos carregavam dentro deles o germe de uma nova visão sindical, que passou a ser chamado de Novo Sindicalismo. Surgiram lideranças importantes como Lula, Jacó Bitar, Wagner Benevides, João Paulo Pires, que até hoje são referências políticas importantes, e milhares de militantes sindicais passam a atuar em um terreno totalmente novo.

Esse processo de luta e de construção de uma nova concepção e prática sindical desenrolou-se durante toda a década de 80 até os anos de 1990. Centenas de entidades sindicais foram criadas, inclusive no serviço público - o que era proibido por lei, naquela época, e milhares de trabalhadores passaram a ser formados, sindical e politicamente, nas lutas do dia-a-dia.

O passo mais importante e mesmo fantástico foi a criação, em 1983, da Central Única dos Trabalhadores, a CUT, que nasceu e se aglutinou como resultado bem sucedido da luta contra o sindicalismo oficial, o chamado "pelego", nascido na era Vargas e totalmente servil à Ditadura Militar e aos patrões.

A CUT passa então a coordenar e unificar campanhas reivindicatórias com lutas mais gerais de diferentes categorias de trabalhadores, rompendo a estrutura sindical corporativa, e incluindo principalmente reivindicações históricas dos trabalhadores, como a reforma agrária, a liberdade e autonomia sindicais, a garantia do emprego, das condições de trabalho e salariais.

Chega mesmo a propor e realizar movimentos de greves gerais, que têm importante papel no processo de crescimento do movimento sindical no Brasil, levando suas propostas a todos os cantos do território nacional.

Dentro desse turbilhão, os trabalhadores de Minas Gerais sentiram a necessidade de se organizar com método e se formar para enfrentar aquele novo tempo, onde tudo estava por fazer. Assim, em 29/8/87, foi fundada a Escola Sindical 7 de Outubro. Tal iniciativa, do movimento sindical da CUT, representou ampliação, em novas bases, das diferentes experiências de formação sindical e política no contexto da

redemocratização do Brasil.

A Escola Sindical 7 de Outubro nasceu da ousadia de lideranças sindicais e políticas de Minas Gerais e é fruto de campanha intitulada "Uma Escola para a CUT", realizada pela Federação Italiana dos Metalúrgicos - Central Italiana de Sindicatos de Trabalhadores. É, portanto, a expressão da solidariedade e da cooperação internacional entre trabalhadores italianos e brasileiros.

O nome "7 de Outubro" é homenagem prestada a 33 operários metalúrgicos mortos e mais de 3000 feridos, no dia 7/10/63, na violenta repressão policial à greve dos trabalhadores metalúrgicos da empresa USIMINAS, em Ipatinga, região de produção siderúrgica.

O "Massacre de Ipatinga", como foi batizado, ficou praticamente esquecido na poeira de tantas histórias da repressão política no Brasil. Até hoje militantes de movimentos de direitos humanos daquela cidade querem rasgar o véu que há tantos anos encobre a chacina: reivindicam - e nós também - a inclusão das famílias dos operários na lei que obriga a União a indenizar vítimas de prisão por motivos políticos.

A Escola 7 de Outubro expressa, portanto, além da solidariedade internacional, a luta do novo sindicalismo e a memória da rebeldia e tradição das lutas populares e sindicais em Minas Gerais.

Já se vão 15 anos de existência. A Escola Sindical 7 de Outubro constituiu-se em um centro de referência plural, de elaboração e socialização do conhecimento sobre os mundos do trabalho, urbano e rural, sobre a formação de trabalhadores e trabalhadoras, em sintonia com os desafios de consolidação do projeto político organizativo da CUT, e em luta permanente pela construção de uma sociedade justa e democrática.

Por essa Escola passaram milhares de trabalhadores do campo e da cidade, os quais puderam aprender e discutir o seu dia-a-dia, sua prática sindical, as questões importantes para trabalhadores de todas as categorias, e também questões até então longe dos trabalhadores, como planejamento estratégico, matemática sindical, negociações coletivas, saúde e segurança no trabalho e centenas de temas e questões que passaram a fazer parte da formação sindical da CUT. Assim passaram a ser formados como lideranças.

Instalada no Barreiro, com grande presença dos movimentos populares e sindicais, a Escola constituiu-se em um centro de formação avançado, com profissionais e formadores de grande capacidade e dedicação, que atuam com recursos pedagógicos inovadores e os disponibilizam para garantir amplo acesso ao movimento sindical e popular de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, à formação voltada para o desenvolvimento da cidadania e para a ação sindical eficiente e democrática.

A Escola Sindical 7 de Outubro integra a rede nacional de formação sindical da CUT e coordena a rede regional de formação que abrange os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. De grande importância econômica, social, política e cultural, essa região concentra em torno de 4 milhões de trabalhadores representados na CUT, organizados em 538 entidades sindicais, urbanas e rurais.

Sendo compromisso e objetivo desde a sua formação, a Escola 7 de Outubro tem aprofundado sua relação com os moradores do Barreiro e de outras regiões da cidade, por meio de parcerias com a Prefeitura, realizando atividades de educação de jovens e adultos e de formação profissional. Em 1992, foi declarada entidade de utilidade pública municipal. Queremos apresentar aqui a possibilidade de torná-la entidade de utilidade pública do Estado, por sua importância e relevância. Em 1997, no centésimo aniversário da Capital, recebeu o título de "Parceiro do Centenário"; e este ano foi agraciada com a Medalha do Mérito Legislativo pela Assembléia Legislativa. É, portanto, patrimônio dos trabalhadores de Belo Horizonte e de Minas Gerais. Porém, muito mais do que isso, é um testemunho permanente e efetivo da solidariedade dos trabalhadores metalúrgicos italianos e um marco na construção da CUT.

Como parlamentar e militante dos movimentos sociais e sindicais, saúdo a Escola 7 de outubro pelo transcurso de seus 15 anos de fundação. Sou testemunha da importância dessa Escola em todos esses anos e tenho certeza de que, nestes novos tempos de propostas de anexação à ALCA, de se desintegrarem os direitos trabalhistas básicos e de desemprego crescente em razão dos novos métodos e meios tecnológicos de produção, a Escola Sindical é e será instrumento fundamental para que os trabalhadores possam comemorar, nos próximos 15 anos, tempos melhores em relação às reivindicações históricas de Minas e do Brasil.

Saúdo a realização, em Minas Gerais, da II Conferência de Política Nacional de Formação da CUT, com o tema "*Sindicalismo e Educação Integral - perspectivas e experiências em construção na sociedade*", que se realizará a partir de amanhã, com a participação ativa de centenas de sindicalistas e educadores e buscará discutir e consolidar a rede de formação da CUT, da qual a Escola 7 de Outubro faz parte.

Lembro o que disse Lula, na Greve dos Metalúrgicos de 1980, no ABC Paulista: "Que ninguém, nunca mais, duvide da capacidade de organização dos trabalhadores brasileiros". A Escola 7 de Outubro e a Rede Nacional de Formação da CUT são exemplo vivo disto. Viva a Central Única dos Trabalhadores! Viva a Escola Sindical 7 de Outubro! Muito obrig ado.

Palavras do Sr. Altemir Tortelle

Boa tarde. Saúdo os membros da Mesa, a Deputada Maria José Haueisen, os companheiros Carlos Calazans, Toninho Lambertucci, Carmen Benitez, Enrico Giusti, em nome de quem saúdo todos os companheiros das Centrais Sindicais da Itália, México, Portugal, Espanha e outras, Lúcio Guterrez e o Pe. Abdala Jorge. Saúdo, de forma especial, o companheiro que acabou de falar, que nos abriu a oportunidade de trazer, neste dia, para dentro da Assembléia Legislativa, os trabalhadores da nossa Central neste momento importante que é a comemoração dos 15 anos da mais nova escola criada na Central Única dos Trabalhadores. Agradeço ao Deputado Adelmo Carneiro Leão pelo espaço que nos abriu nesta Casa.

Quinze anos de participação não só de dirigentes sindicais, coordenadores de escolas, dirigentes de confederações, mas também de centenas de homens e mulheres que deixam seus filhos, famílias e questões pessoais para ajudar a construir uma política de formação. Saúdo, de forma carinhosa, os formadores que, nesses 15 anos, construíram belo projeto político, pedagógico, edificando essa Escola, grande referência de formação para a CUT. Saúdo todos os formadores presentes e os que passaram pela Escola. Mas essa Escola não seria o que é se não contasse com a colaboração daqueles que a constroem no dia-a-dia, com seu trabalho humilde, cuidando dos alimentos, da limpeza, da manutenção dos prédios. Saúdo os companheiros funcionários da nossa Escola Sete de Outubro, que, de forma anônima, ajudam na construção desse belo projeto.

Quinze anos não são poucos nem muitos, são suficientes para que uma proposta se consolide. Queria dizer, com muita tranquilidade, que a Escola 7 de Outubro talvez seja a mais importante das escolas, não por seus 15 anos, não por ter sido a primeira, mas porque, nesses 15 anos, mesmo com as dificuldades, mesmo com os altos e baixos, mesmo com as crises, essa Escola esteve sempre presente, não como a escola de Belo Horizonte, ou de Minas Gerais, mas como uma escola que contribui para a política de formação do conjunto da CUT. E falo com muita tranquilidade que, se hoje temos dentro da CUT um dos trabalhos mais profundos, mais bonitos, mais sólidos, que é a política de formação, é em virtude da contribuição dos Diretores e formadores do conjunto da equipe que sustentou essa política na Escola e que ajudou a construir essa grande política de formação da CUT Nacional.

Quinze anos também são anos suficientes para construirmos, dentro de uma escola, um jeito diferente de pensar a educação dos trabalhadores; uma formação diferente do que deveria ser a escola pública no Brasil, em que os trabalhadores que fazem a educação não são colocados em primeiro plano, em que os salários e as condições de trabalho, as condições da qualificação permanente dos trabalhadores não é colocada em primeiro plano. Infelizmente é essa a política que vivemos em nível nacional, na maioria dos Estados e na maioria das Prefeituras. Dentro da nossa Escola, entendemos que a formação permanente dos trabalhadores, a participação ativa, a construção conjunta da política de formação é uma marca da nossa política e é uma marca da Escola 7 de Outubro. Achamos que nesses 15 anos construímos experiências importantes de como deve ser a formação dos trabalhadores. Inovamos, iniciamos programas, modificamos programas, mas sempre atentos à conjuntura, especialmente compreendendo o papel estratégico da formação de uma entidade. Nunca avançamos o sinal, porque entendíamos sempre que a formação deve estar a serviço de uma estratégia daquela que é a essência de ação política, que é a construção da Central Sindical, do enraizamento dessa Central, da qualificação desses dirigentes sindicais, da construção da ação do conjunto de dirigentes nos seus vários níveis. Além disso, na Escola 7 de Outubro, temos talvez uma das mais importantes experiências que se construiu. Avançamos e estamos contribuindo para que no Brasil se supere essa grande dívida social que é a educação do trabalhador. Uma educação diferente, uma educação participativa, uma educação com democracia, uma educação em que o trabalhador seja permanentemente valorizado, uma educação em que a sociedade leve em consideração o saber e o conhecimento do trabalhador, por mais simples que seja. A soma desse conhecimento individual e coletivo, aliada à ciência, resulta na construção de um novo saber, um novo conhecimento. A experiência de educação que está sendo desenvolvida aqui em Minas Gerais, coordenada pela Escola 7 de Outubro, é uma referência hoje para o programa de formação que a CUT desenvolve no Brasil. Queremos, juntos, construir uma nova educação, não na escola sindical. É o desafio da CUT, é o desafio da política nacional de formação que possamos realizar uma grande revolução na educação do Brasil. Não é possível que a educação em um país do tamanho do nosso, com o povo que temos, com as condições de riqueza que temos, seja considerada um problema, e não uma solução. As experiências e a referência que a Escola 7 de Outubro tem construído nesses anos têm dado à CUT a possibilidade de, principalmente nesta conjuntura, contribuir para que uma nova educação possa ser efetivamente construída, com a participação, com o acúmulo de experiência e com a luta dos companheiros educadores do nosso sindicato.

Não tenho dúvidas de que possamos pensar um novo Brasil a partir de uma nova educação.

A Escola faz 15 anos, e, neste mês, a nossa central entrará no seu 20º ano. Pela primeira vez na história do Brasil, uma central sindical consegue fazer 20 anos, tendo nascido para ajudar a construir uma democracia no País e um novo sindicalismo e para mudar os rumos da Nação. Esperamos que, neste ano, decisivo para o Brasil, em nossos espaços diferentes, possamos contribuir efetivamente para que os rumos sejam mudados. E não é preciso fazer nenhum curso de formação na Escola 7 de Outubro, para saber que dois grandes projetos estão em debate. Entretanto, muitas vezes, o povo brasileiro acredita no discurso mais fácil, no "marketing", na grande enrolação que já se viveu nesses 500 anos. Essa é nossa oportunidade de orientar parte da população que ainda não acredita em sua força, no seu sindicato e na necessidade de participar da política e de fazer política.

Precisamos ser um pouco da luz do caminho desses companheiros, pois estamos diante do maior desafio dos últimos anos. Estamos diante do confronto claro de projetos para o Brasil, mesmo que isso não transpareça no discurso da televisão e dos jornais, e temos certeza da possibilidade de se mudarem os rumos do País e da América Latina, a fim de que, no mundo, haja um novo caminho que não o do projeto neoliberal, do modelo de desenvolvimento financiado e bancado pelo FMI e pelo Banco Mundial e coordenado pelos americanos. Podemos contribuir decisivamente, neste momento. A CUT não tem dúvidas. Em nossos debates políticos e reflexões, vemos apenas uma alternativa para fazer essa mudança de rumos de nossa história: juntar a experiência da classe trabalhadora e a sabedoria de um trabalhador, que também é metalúrgico e sofreu a violência da polícia, como dezenas de companheiros mortos em Minas Gerais.

Quem sabe, no dia 7 de outubro, possamos celebrar não apenas a morte de dezenas de companheiros que deram suas vidas para construir um novo Brasil, mas também uma grande vitória, em que a classe trabalhadora dá seu primeiro passo para mudar efetivamente suas condições. Esse é o desafio, companheiros: façamos do dia 7 de outubro a grande virada e a grande vitória, colocando um metalúrgico para dirigir o Brasil, que não pode mais acreditar em mentiras e em um projeto que destrói os empregos, a educação e a saúde. Devemos atingir a grande vitória no dia 6 de outubro e, no dia 7, comemorar os novos tempos do País.

Convoco os companheiros e companheiras presentes que ainda não são delegados, para participar conosco, a partir de amanhã até sábado, da 2ª Conferência Nacional de Formação da CUT. É um momento importante para trocarmos experiências, trazendo para dentro da CUT e levando para outros espaços muitas experiências de formação e educação para os trabalhadores e de formação sindical e contribuindo para a mudança da cultura sindical, a fim de construirmos um novo sindicalismo e um novo Brasil.

Um grande abraço a todos. Parabéns à Escola 7 de Outubro, grande referência e luz para a classe trabalhadora de nossa região e do País.

Palavras do Sr. Antônio Roberto Lambertucci

Cumprimento os companheiros, amigos e amigas que compõem a Mesa, a Deputada Maria José Hauelsen, companheira, fundadora do Sind-UTE e dirigente sindical há muitos anos, o Sr. Carlos Calazans, fundador da CUT e dirigente sindical há muitos anos, atualmente representando os trabalhadores em outro setor da sociedade, ou seja, na Prefeitura de Belo Horizonte; a nossa amiga e companheira Carmem Benitez, Educadora do Centro de Formação Internacional, que tem contribuído imensamente com a construção de pontes e de alianças entre os trabalhadores da América Latina que trabalham na (...), setor representante dos trabalhadores na OIT; o companheiro Tortelle; o companheiro Enrico Giusti, que veio do Rio de Janeiro para esta homenagem e tem sido um dos maiores colaboradores, tanto no que diz respeito à construção da Escola 7 de Outubro quanto no que diz respeito à construção dos valores da solidariedade dos trabalhadores, preocupando-se principalmente com os setores excluídos da sociedade, aqui, na Itália e em outros países do mundo, onde o ISCOS procura colaborar; o Presidente da CUT Estadual, Lúcio Gutierrez; e o Pe. Abdala, que nos contemplou com depoimento extremamente significativo e emocionado, já que a história se faz sobretudo com a emoção. Agradeço o companheiro Deputado Adelmo Carneiro Leão por esta oportunidade ímpar, sobretudo porque temos visto nesta Casa a construção e o aperfeiçoamento das relações com movimentos sociais. A Assembléia Legislativa tem estado aberta para que a população mineira possa se manifestar por meio das audiências públicas, dos debates e dos seminários, contribuindo, assim, para nova cultura legislativa em nosso Estado. Homenageando-se a Escola 7 de Outubro pelo transcurso de seus 15 anos, homenageia-se também a história da CUT e a de milhões de trabalhadores brasileiros, como os de Ipatinga, que morreram lutando, como também aqueles que não tiveram a oportunidade de lutar e que não puderam se organizar para defender os seus direitos.

De certa forma, a história e a sorte me contemplaram, sobretudo por essa luta dos trabalhadores, de modo geral, que me honraram com a possibilidade de estar aqui hoje. Gostaria de estar representando todos os companheiros da Escola Sindical 7 de Outubro, os funcionários e ex-funcionários que estão aqui. É muito bom vermos os companheiros que foram os formadores, que são os funcionários da Escola. Temos, felizmente, uma riqueza na Escola, que é uma grande integração, que permite que a nossa convivência seja bastante entrosada.

É muito bom ver as delegações internacionais que vieram para a conferência e também tantos dirigentes sindicais responsáveis pela construção da Escola, por sua manutenção e pela luta dos trabalhadores do Estado.

É fundamental falarmos da nossa história, com tantos exemplos de resistência, de organização, como o Quilombo dos Palmares, a Inconfidência Mineira e tantos outros exemplos de rebeldia, na busca de espaços de independência para o País. Muitos são ocultos pelos livros de história, que transmitem informações para as novas gerações. A história da CUT, como já disseram os companheiros Tortelle, Adelmo e outros, é um dos fatos mais marcantes e importantes da história brasileira. A fundação da CUT representa um dos marcos de resistência dos trabalhadores

às formas de exploração capitalista e à luta, tanto pela democratização do Estado brasileiro quanto pela defesa dos direitos dos trabalhadores.

Estamos comemorando hoje os 15 anos da Escola, muito mais como um produto dessa luta, reflexo dessa história, num momento em que os desafios para a classe trabalhadora são imensos. Talvez, os maiores nos últimos 20 anos, desde que a CUT foi fundada. Desafios à subserviência ao capital financeiro internacional, ao fortalecimento do espírito individualista apregoado pelos defensores da ideologia capitalista e do neoliberalismo, às formas de exclusão cada vez maiores. Por mais que tenhamos conquistado, do ponto de vista dos direitos econômicos, espaços democráticos na sociedade, as discriminações ainda prevalecem, num processo de violência crescente nas cidades, com o empobrecimento da população, com índices de desemprego altíssimos. Isso nos faz acreditar que a luta é cada vez mais necessária e que esse modelo neoliberal, capitalista, não vai criar possibilidades de inclusão social. Então, é necessário fortalecer esses espaços democráticos da sociedade brasileira e construir outras alternativas. Este é um momento de imenso desafio para a sociedade brasileira. É um momento em que temos hoje, já pela quarta vez, a oportunidade de decidir dois projetos de desenvolvimento para o nosso País, não só econômico, mas também social, um projeto que conceitue a sociedade o cidadão, a pessoa humana, sob outra ótica. Não a do mercado, a do vale-tudo do mercado, da exploração, da prevalência dos interesses dos banqueiros internacionais, do capital financeiro internacional, mas um modelo que tente resgatar o papel do Estado como agente fomentador do desenvolvimento. Um Estado que seja democrático, privatista, mas que esteja gerido, gestado, e, sobretudo, governado com a participação dos milhões de cidadãos brasileiros.

Como já disseram o Tortelle e o Adelmo, este é um momento crucial. A história é feita de avanços, de recuos e de quedas. Ela é feita assim mesmo, de um processo dinâmico. Muitos que lutaram e já se foram não conseguiram presenciar as várias conquistas que o trabalhador e a sociedade brasileira conseguiram ao longo da história.

Agradeço a todos pela presença aqui e na Escola 7 de Outubro. A presença, muitas vezes, não é física, mas espiritual, política, engajada, moral e na luta cotidiana, seja nas associações de bairros, nos sindicatos, nas campanhas salariais, nas mobilizações, procura demonstrar, permanentemente, que vale a pena a luta de toda a vida de muitos de nós. Acho que essa presença e essa crença nesses valores reafirmados permanentemente, tanto por meio das mobilizações quanto pelos cursos de formação e processos construídos e desenvolvidos, vale a pena.

A todos os presentes, em nome dos funcionários, dos ex-funcionários, do Conselho Deliberativo da Escola Sindical 7 de Outubro, dos sócios fundadores, gostaria de deixar nossos agradecimentos, principalmente aos líderes sindicais, às entidades parceiras da Escola, Secretaria Municipal de Educação, GIP e várias outras.

Deixo o nosso abraço. Mais 15 anos de luta, com certeza, nos esperam. Estamos firmes para a conquista de uma sociedade mais aberta e democrática. Muito obrigado.

Entrega de Placa

O locutor - A Exma. Sra. Presidente desta Sessão, Deputada Maria José Haueisen fará a entrega ao Sr. Antônio Roberto Lambertucci de uma placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres: "A homenagem do Poder Legislativo Estadual à Escola Sindical 7 de Outubro, por seus quinze anos de coordenação da rede regional de formação que abrange os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Fruto do movimento sindical da CUT, ela é a expressão de solidariedade e cooperação internacional entre trabalhadores italianos e brasileiros. Belo Horizonte, 6 de agosto de 2002. Deputado Antônio Júlio, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais."

- Procede-se à entrega de placa.

A Sra. Presidente - Antes de fazer nossas considerações finais, vamos passar a palavra ao companheiro Callazans, que tem um convite a fazer a todos os presentes e a todos os que nos acompanham pela TV Assembléia.

O Sr. Carlos Callazans - Boa tarde a todos. Quero aproveitar este momento com os companheiros presentes e com os telespectadores da TV Assembléia para fazer uma convocação e, ao mesmo tempo, noticiar que estamos em plena campanha para a realização do plebiscito sobre a ALCA, Área de Livre Comércio das Américas.

Haverá uma rodada de negociações. sobre a implementação da ALCA, 15 dias após a posse do novo Presidente, portanto, no dia 15 de janeiro.

Aproveito esta oportunidade para convocar os mineiros e mineiras para participarem de um plebiscito, de 1º a 7 de setembro, em que os brasileiros deverão dar a sua opinião - favorável ou contrária - sobre a entrada em vigor da ALCA. Isso é muito importante, porque decide o destino do nosso País, do Estado e da cidade. Solicito que os mineiros participem do nosso comitê, que funciona no Sindicato dos Bancários, na Rua Tamóios, esquina com Av. Paraná, onde estão disponíveis os materiais de esclarecimento a respeito da formação de comitês nas igrejas, nos sindicatos, nas associações comunitárias, nas cidades, nas escolas. Queremos a participação de milhões de brasileiros. É uma convocação do Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial para a realização desse plebiscito.

Com a permissão da nossa Presidente e do companheiro Antônio Lambertucci, que dirige a Escola, farei uma homenagem e um agradecimento a uma pessoa que está presente. Durante todos os anos em que dirigi a CUT de Minas Gerais, essa pessoa, que veio de longe, nos ajudou muito e ainda hoje trabalha com vários projetos. Sem ela enfrentaríamos muitas dificuldades. Peço uma salva de palmas para o Enrico, que é muito querido por nós. (- Palmas.) Foi esse companheiro que fez os primeiros contatos, as primeiras reuniões e levou as primeiras propostas. Foi muito importante para a nossa central. Espero, Antônio Lambertucci, que continue a ser importante para você, que segue o trabalho na Escola, e para o Lúcio Gutierrez, que conduz a CUT. Muito obrigado.

A Sra. Presidente - Faremos um agradecimento especial ao Deputado Adelmo Carneiro Leão, pela feliz iniciativa de homenagear a Escola 7 de Outubro, que propicia maior organização, competência e conhecimento a tantos trabalhadores não apenas de Minas, mas também de outros Estados que nos visitam, contribuindo nessa luta pela organização dos trabalhadores. Eles vêm aqui buscar conhecimento e saber; o saber para ser mais, o ser mais para poder mais, o poder de serviço, de dedicação.

Agradecemos também ao Sr. Enrico Giusti pelo trabalho, dedicação e solidariedade que dispensou à Escola 7 de Outubro, possibilitando a sua estruturação física, e pela contribuição, com a sua experiência, sua luta e esforço, para a formação da cidadania.

Ao finalizar, lembro a coincidência de três datas:

7 de outubro é o nome da escola sindical; 6 de outubro é o dia em que poderemos dar um salto de qualidade por um mundo melhor, e 8 de outubro é o dia da morte de Che Guevara. Então, essa Escola está cercada por duas datas que também são cheias de sentido, de significado para todos nós.

Que a morte de Che Guevara, em 8 de outubro, e de tantos companheiros, em Ipatinga, na data de 7 de outubro, sejam realmente a semente que caiu em terra fértil e que há de fazer brotar, na consciência de todos os brasileiros, a necessidade de aproveitar o dia 6 de outubro para darmos um salto de qualidade que pode mudar o Brasil, criar novo tempo, nova era para todos. A Presidência agradece a presença de todos.

ATA DA 55ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Às quatorze horas e trinta e cinco minutos do dia dois de julho de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Eduardo Brandão, Sebastião Navarro Vieira, Hely Tarquínio, Cristiano Canêdo e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Eduardo Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria da pauta. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.179/2002 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Cristiano Canêdo); e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.764/2001, rejeitada a Emenda nº 6 e aprovada a Emenda nº 7 na forma da Subemenda nº 1 (relator: Deputado Sargento Rodrigues); e 1.939/2002 na forma do Substitutivo nº 1, rejeitadas as Emendas nºs 2 e 3 e aprovada a Emenda nº 4 na forma da Subemenda nº 1 (relator: Deputado Sargento Rodrigues). Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Sargento Rodrigues em que solicita a seja enviado ao Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais voto de congratulações pelo Dia Nacional do Bombeiro, comemorado nessa data. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 2002.

Rogério Correia, Presidente - Maria Olívia - Alberto Bejani - Doutor Viana.

ATA DA 106ª REUNIÃO Ordinária da comissão de constituição e justiça

Às dez horas e quinze minutos do dia dois de julho de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Geraldo Rezende, Agostinho Silveira, Aílton Vilela e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Miguel Martini. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Geraldo Rezende, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Agostinho Silveira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados o parecer concluindo pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 2097/2002, no 1º turno (relator: Deputado Agostinho Silveira); e os pareceres concluindo pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade na forma do Substitutivo nº 1, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.159/2002 (relator: Deputado Aílton Vilela) e 2.195/2002 (relator: Deputado Sávio Souza Cruz). Na fase de discussão do parecer do Deputado Agostinho Silveira o qual conclui pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 2.184/2002, no 1º turno, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Aílton Vilela. Submetidos a votação, são aprovados requerimentos em que se solicita sejam baixadas as seguintes diligências: do Deputado Sávio Souza Cruz, o Projeto de Lei nº 2.202/2002 ao Secretário de Estado da Educação; do Deputado Agostinho Silveira, o Projeto de Lei nº 2.219/2002 ao Secretário de Estado de Recursos Humanos; do Deputado Aílton Vilela, o Projeto de Lei nº 2223/2002 ao Secretário de Estado de Recursos Humanos. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, os pareceres que concluem pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade dos Projetos de Lei nºs 2.221/2002 (relator: Deputado Agostinho Silveira) e 2.231/2002 (relator: Deputado Aílton Vilela); o parecer que conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade do Projeto de Lei nº 2.220/2002 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Sávio Souza Cruz, em virtude de redistribuição); e o parecer que conclui pela ilegalidade do Projeto de Lei nº 2.225/2002 (relator: Deputado Agostinho Silveira, em virtude de redistribuição). Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, são aprovados requerimentos em que se solicita sejam baixadas em diligência aos autores as seguintes proposições: Projetos de Lei nºs 2.147 e 2.232/2002 (relator: Deputado Agostinho Silveira); Projetos de Lei nºs 2.214 e 2.228/2002 (relator: Deputado Aílton Vilela); e Projeto de Lei nº 2.217/2002 (relator: Deputado Ermano Batista). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária, a ser realizada no dia 3/7/2002, às 15h30min, no Plenarinho III desta Casa, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 2002.

Geraldo Rezende, Presidente - Agostinho Silveira - Ermano Batista - Sávio Souza Cruz.

ATA DA 53ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia quatro de julho de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Edson Rezende, João Leite e Márcio Kangussu, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Paulo Pettersen. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Márcio Kangussu, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a realizar audiência pública para debater os problemas que impedem a obtenção do licenciamento ambiental necessário à construção da Usina Hidrelétrica Murta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Cel. PM Álvaro Antônio Nicolau, Comandante-Geral da PMMG, comunicando, em atenção ao Requerimento nº 1.834/2002, que a denúncia de agressão contra a Sra. Andréia Maria dos Santos foi apurada por meio de processo administrativo já encaminhado à Justiça Militar; e prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.866/2001, desta Comissão, publicados no "Diário do Legislativo" dos dias 27 e 28/6/2002, respectivamente; Wanderley Salgado de Paiva, Juiz de Direito e Corregedor de Presídios da Comarca de Contagem, em que encaminha para conhecimento e providências cabíveis cópia relativa ao Procedimento nº 691/2002; fax da Comissão de Direitos Humanos da Arquidiocese de Uberaba e outros órgãos, em que prestam informações e solicitam providências quanto às denúncias de prostituição infantil naquela comunidade; cartas dos Srs. André da Conceição Santana, detento em Janaúba, solicitando vaga para sua internação em estabelecimento penal deste Estado; Antônio Sérgio Souto Bernardo, detento em Peçanha, em que pede remédios para seu tratamento de saúde; convites do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado e do Corregedor-Geral de Justiça em que convidam os membros da Comissão para o Seminário "A Atenção ao Louco Infrator: Uma Questão de Justiça"; da FHEMIG e do Instituto Raul Soares - IRS -, em que convidam os membros da Comissão para a solenidade de lançamento da revista ABRECAMPOS, que será realizada no dia 5/7/2002; e exemplares dos informativos "Partilha", do Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo; e "Vida em Destaque", do Gabinete Deputado João Leite. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.844/2001 (relator: Deputado João Leite, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em redação final, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.138 e 2.145/2002. Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Doutor Viana, em que solicita seja encaminhado ofício à bancada mineira no Congresso Nacional, para aproveitar a oportunidade da Revisão do Código de Trânsito Brasileiro

e da Lei nº 9.099, de 1995, para dar nova redação a dispositivos legais, tornando-os mais claros a fim de agilizar o julgamento e a punição dos infratores. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados e registra a presença da Sra. Maria Tereza de Oliveira, Coordenadora Técnica do Licenciamento Ambiental da Usina Hidrelétrica Murta, representando os Srs. Celso Castilho de Souza e Willer Hudson Pós, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente do COPAM e Presidente da FEAM, respectivamente; e dos Srs. César Augusto Maximiano Estanislau, Diretor de Monitoramento e Controle, representando o Dr. José Luciano Pereira, Diretor-Geral do IEF; Antônio Carlos Giovanini, Gerente de Unidade de Consultoria, representando o Dr. Antônio Lima Bandeira, Presidente da EMATER; Inácio Carlos Moura Murta, Prefeito Municipal de Cel. Murta; Otávio Werneck, Diretor-Superintendente da Murta Energética; Marluce de Fátima Barbosa Murta, Presidente da Câmara Municipal de Cel. Murta; e Amariles Santos Lima, Presidente da Comissão Municipal de Acompanhamento e Controle da Obra da Usina Hidrelétrica de Murta, os quais tomam assento à mesa. A Presidência tece as considerações iniciais relativas ao objetivo da reunião. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 2002.

Márcio Kangussu, Presidente - Edson Rezende - Elbe Brandão - João Leite.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 382ª reunião ordinária, EM 14/8/2002

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Indicações, feitas pelo Governador do Estado, dos nomes dos Profs. Diva Chaves Sarmento, Antônio Valadão Cardoso, Irene de Melo Pinheiro, Gilson Soares e Magda Mara Assis para comporem o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação dos nomes.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.157, que dispõe sobre a negociação de créditos de que trata a Lei nº 13.439, de 30/12/99, e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.200, que cria o Sistema Estadual de Certificação de Qualidade Ambiental para bens e produtos industrializados e agrícolas. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.026/2000, da Deputada Maria Olívia, que institui o pólo de desenvolvimento do setor da indústria e comércio do vestuário em malharia e retilínea, tricô e crochê, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. As Comissões de Turismo e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.306/2000, do Deputado Márcio Cunha, que prevê a realização da Semana de Conservação Escolar no Calendário da Secretaria da Educação e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.458/2001, do Deputado João Leite, que dispõe sobre a notificação de infração de trânsito enviada ao infrator pelo DETRAN, por remessa postal. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Direitos Humanos opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.562/2001, do Deputado Dinis Pinheiro, que proíbe a discriminação dos portadores do vírus HIV ou das pessoas com AIDS e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Direitos Humanos opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.591/2001, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza reversão do imóvel que descreve ao

Município de Guanhães. As Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira perderam prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.717/2001, do Deputado Ivair Nogueira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Abaeté o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.762/2001, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a incorporar a FRIMISA - Frigoríficos de Minas Gerais S/A - à CDI-MG - Cia. De Distritos Industriais de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.057/2002, do Deputado Olinto Godinho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Virgínia o imóvel que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.060/2002, do Deputado Sávio Souza Cruz, que dispõe sobre a política estadual de arquivos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.688/2001, do Deputado Luiz Menezes, que dispõe sobre a criação da Ouvidoria de Saúde da Mulher de Minas Gerais e o cargo de Ouvidor de Saúde da Mulher de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido no 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.009/2002, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 81ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 9h30min do dia 14/8/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.105/2002, do Deputado Paulo Piau.

Requerimento nº 3.406/2002, do Deputado Alberto Pinto Coelho.

Finalidade: apreciar matéria constante da pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 95ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, a realizar-se às 10 horas do dia 14/8/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.159/2002, do Deputado Eduardo Brandão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 93ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 10 horas do dia 14/8/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.254/2000, do Deputado João Paulo; 1.950/2002, do Deputado Eduardo Brandão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 96ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 14h30min do dia 14/8/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.071/2002, do Deputado Fábio Avelar; 2.120/2002, do Deputado Adelmo Carneiro Leão.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.948/2002, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.432/2002, do Deputado Ermano Batista; 3.446/2002, da Comissão de Direitos Humanos; 3.452/2002, do Deputado Miguel Martini.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 101ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 14h30min do dia 14/8/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.265/2000, do Deputado Ambrósio Pinto; Projeto de Lei Complementar nº 49/2001, do Deputado Paulo Piau; 2.160/2002, do Deputado Eduardo Brandão.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.276/2000, do Deputado Alencar da Silveira Júnior.

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.184/2002, do Deputado Miguel Martini.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.966/2002, do Deputado Paulo Piau.

Requerimentos nºs 3.439/2002, do Deputado Bené Guedes; 3.447/2002, do Deputado Alberto Pinto Coelho.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 9 horas do dia 14/8/2002, destinada à apreciação dos Vetos às Proposições de Lei nºs 15.157, que dispõe sobre a negociação de créditos de que trata a Lei nº 13.439, de 30/12/1999, e dá outras providências; e 15.200, que cria o Sistema Estadual de Certificação de Qualidade Ambiental para bens e produtos industrializados e agrícolas; e dos Projetos de Lei nºs 1.458/2001, do Deputado João Leite, que dispõe sobre a notificação de infração de trânsito enviada ao infrator pelo DETRAN, por remessa postal; 1.591/2001, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza reversão do imóvel que descreve ao Município de Guanhães; 1.688/2001, do Deputado Luiz Menezes, que dispõe sobre a criação da Ouvidoria de Saúde da Mulher de Minas Gerais e o cargo de Ouvidor de Saúde da Mulher de Minas Gerais e dá outras providências; e 2.009/2002, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 13 de agosto de 2002.

Antônio Júlio, Presidente.

Edital de Convocação

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 20 horas do dia 14/8/2002, em homenagem ao poeta Emílio Moura pelo centenário de seu nascimento.

Palácio da Inconfidência, 13 de agosto de 2002.

Antônio Júlio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.196

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Marcelo Gonçalves, Durval Ângelo, Luiz Tadeu Leite e Mauro Lobo, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/8/2002, às 11 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2002.

Eduardo Brandão, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.084/2002

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

O projeto de lei em tela, do Deputado Ivo José, objetiva declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Bairros Jatobá e Matinha, com sede no Município de Rio Acima.

Após sua publicação, a matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que a considerou jurídica, constitucional e legal e apresentou-lhe a Emenda nº 1. Vem agora a este colegiado para ser analisada sob o aspecto do mérito, com base no art. 102, XIV, do Regimento Interno.

Fundamentação

A referida Associação é entidade civil sem fins lucrativos que busca promover atividades sociais, culturais e desportivas junto aos adolescentes e demais moradores da comunidade, além de zelar pelas ruas, praças e prédios do bairro, procurando, até mesmo, uniformidade arquitetônica, no intuito de melhorar a qualidade de vida de seus associados.

No campo da assistência à população carente, a entidade tem a liberdade de empreender convênios com estabelecimentos congêneres, autarquias e entidades religiosas, que lhe fornecerão suporte para várias atividades.

Sua diretoria e seus conselheiros, desde o início, não percebem nenhuma gratificação, bonificação ou vantagem que descaracterize sua natureza filantrópica. Ademais, em caso de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a uma entidade congênere, juridicamente constituída.

Vemos, assim, habilitada a referida Associação à outorga do título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.084/2002 com a Emenda nº 1, oferecida pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2002.

Luiz Menezes, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

378ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 1º/8/2002

O Deputado Sargento Rodrigues* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, queridos conterrâneos de Nanuque que estão ocupando as galerias, certamente trazendo notícias da nossa região, do tão sofrido vale do Mucuri, dividirei em dois tópicos o assunto que me trouxe à tribuna.

É com muita felicidade que recebemos a sanção do novo Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado. O Governador sancionou essa matéria, a nova ordem jurídica, que constitui hoje a Lei nº 14.310. Esta, certamente, trará grande harmonia na relação interpessoal entre comandados e comandantes do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar.

Estaremos com o Cel. Álvaro, Comandante da instituição, no dia 6/8, terça-feira próxima, e um dos assuntos de que trataremos é exatamente

esse, porque temos notícia de que, em determinadas regiões, alguns oficiais que trabalham na área de pessoal têm tratado a matéria com certo terrorismo, dizendo que o novo Código tem trazido a toda a tropa da Polícia e do Corpo de Bombeiros aspecto extremamente negativo e ruim, o que não é verdade.

Vários companheiros nos ajudaram a elaborar essa matéria, como os Deputados Adelmo Carneiro Leão, da região do Triângulo, Edson Rezende e Eduardo Brandão, Presidente da Comissão de Administração Pública, a quem tenho muito a agradecer por ter tido a oportunidade de ser designado como relator da matéria em 1º e 2º turnos.

Vamos declinar nomes ao Cel. Álvaro, porque faremos um relatório. Durante a campanha, visitamos cerca de 40 das principais cidades do Estado, pois temos votação extremamente pulverizada no Estado, e encontramos policiais apreensivos, porque determinados Capitães que lidam na chamada P-1, que cuida do setor de pessoal, têm ido à frente da tropa pregar terrorismo a respeito desse novo Código de Ética. Como a lei só entra em vigor a partir de 4/8, conforme determina o seu art. 99, alguns companheiros ainda estão com medo de receber matéria que cause prejuízo, do ponto de vista da ética e da disciplina dos militares. Mas podem ficar tranquilos, porque podemos dar o nosso testemunho, já que ajudamos a construir essa lei.

Para nós e para os policiais e bombeiros, é um sonho ter um Código de Ética e Disciplina que verdadeiramente respeite os nossos direitos humanos, que nos dê o amplo direito de defesa e do contraditório, que seja um instrumento ao qual possamos recorrer quando ocorrer injustiça no exercício da profissão. Mas, acima de tudo, o novo Código perdeu o enfoque de caserna: antes, o regulamento da PMMG enfocava apenas a manutenção da autoridade do chefe, do Comandante; hoje, tem enfoque diferente. As transgressões que verdadeiramente serão punidas com rigor são aquelas cometidas contra o cidadão no exercício da atividade de polícia eminentemente de caráter civil, e não, militar.

Portanto, ao ocupar esta tribuna, quero enviar mensagem aos companheiros para que percarn esse receio, que, infelizmente, vem de pessoas despreparadas do ponto de vista do reconhecimento da democracia, do ponto de vista da transformação.

Com a nossa chegada a esta Casa, trabalhamos na elaboração de leis e projetos que visam, antes de tudo, à democracia interna. Há dois meses tivemos a oportunidade de rasgar, simbolicamente, a capa do chamado "amarelinho", o RDPM, de forma que estávamos enterrando instrumento completamente arcaico, obsoleto, ultrapassado, maquiavélico, draconiano e que, acima de tudo, não respeitava a dignidade do policial militar ou bombeiro.

Por outro lado, o novo Código traz uma série de direitos. Para o cidadão mineiro entender-nos melhor, cito o art. 5º, parágrafo único, do antigo RDPM, que está em vigor até o dia 3/8. Lá está prevista prisão administrativa de até 13 dias para o bombeiro e o policial militares, através do seu Comandante, o que não ocorre desde 1988, porque a Carta Magna acabou com qualquer tipo de prisão, que ocorre hoje somente em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente. Isso para o cidadão, mas, até 3/8/2002, o policial e o bombeiro militares ainda podem ficar presos 13 dias para averiguação, sob a égide desse RDPM.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte)* - Com muito prazer, Deputado Sargento Rodrigues*, participo dessa sua reflexão, considerando o trabalho extraordinário que V. Exa. realizou na promoção da democracia na estrutura da PMMG. Tenho muito orgulho de ter dado uma contribuição mínima para construirmos um Estado onde todos os setores tenham de primar pela democracia, pelo diálogo entre as autoridades, entre o comandante e o comandado, mudando uma antiga relação de imposição pelo autoritarismo. Hoje essa relação tem de ser estabelecida por meio da autoridade.

Com o Código que V. Exa. comenta, não ocorrerá nenhuma mudança do ponto de vista da disciplina e da ordem da Polícia Militar; haverá uma nova relação. E o Comandante, para ter poder de comando, tem de adotar uma relação respeitosa com seus comandados. Com essa sua iniciativa, tenho certeza de que, se a polícia mineira já era considerada boa, será ainda melhor, muito mais democrática e justa. E os comandados, a partir de uma relação mais respeitosa e fraterna com seus comandantes, saberão tratar melhor os cidadãos. Estamos construindo aqui em Minas Gerais uma estrutura de cidadania, que esperamos possa prosperar em todos os lugares do Estado. Parabéns pela sua atuação!

O Deputado Sargento Rodrigues* - Agradeço ao Deputado Adelmo Carneiro Leão, que, num momento de dificuldade nesta Casa, na discussão da matéria em 1º turno, demonstrou ser um Deputado participativo, preocupado com as questões democráticas e, acima de tudo, com os direitos e a cidadania de cada indivíduo no Estado. E não foi o fato de ser policial ou bombeiro militar que retirou o brilho do Deputado Adelmo Carneiro Leão de estar participando e efetivamente dando a sua contribuição para que aquela mudança ocorresse com o novo Código. Agradecemos a V. Exa. porque sabemos da importância que teve naquele processo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos percorrido o Estado de Minas e queremos dizer, com tranquilidade, que encontramos questões pontuais. Tivemos um problema com um Capitão da P-1 de Manhuaçu - e quero evitar declinar nomes -, com um Capitão de Uberaba, uma questão na cidade de Ponte Nova e também na Região Metropolitana, ou seja, em locais pontuais. E queremos deixar claro que são exceções. Alguns oficiais estão indo à frente da tropa para ministrar instrução a respeito da nova lei e pregando o terrorismo, relatando apenas aquilo que diz respeito à transgressão disciplinar, mas não falando dos outros detalhes, como o amplo direito de defesa e o contraditório, nem que o recurso passa a ser suspensivo, nem da perda da centralização da autoridade máxima do Comandante sobre seus subordinados, do enfoque de caserna para atividade de polícia voltada para a população, para o cidadão, ou seja, é o fim da discriminação, porque o novo Código não cita, em momento algum, se é praça ou oficial, mas militar estadual. Tínhamos no regulamento disciplinar a condição de comportamento para a praça e conceito para o oficial. Agora, temos conceito para os dois. A avaliação da permanência da praça na PMMG era tratada através do Conselho de Disciplina, e a do oficial, no Conselho de Justificação, com a Lei nº 6.712, de 1975, à parte. Foi extinta, porque esta lei de agora a está revogando. Todos serão julgados pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar em rito único. Acabamos com todas as discriminações.

Faço apelo ao Cel. Álvaro, que tem se portado de forma firme e brilhante - e percebemos que gosta muito da instituição -, para que não deixe isso acontecer, porque estamos passando por um período de transformação e precisamos evoluir. A corporação precisa acompanhar as transformações. Infelizmente, há pessoas que estão manchando a democracia, essa nova ordem democrática que está se instalando na PMMG e no Corpo de Bombeiros.

Temos também o caso em que vemos a vontade expressa do Comandante do 26º Batalhão, de Itabira, que também vem adotando o mesmo procedimento com todos os policiais militares. Deixamos o apelo, já que muitos Deputados estão nos ouvindo pelo interior do Estado, para que venham ler a nova matéria, da Lei nº 14.310, o novo Código de Ética dos Militares. Certamente terão boa surpresa, porque essa lei veio inovar. Às vezes, as pessoas que partem para esse tipo de procedimento se esquecem, porque agora estão submetidas ao mesmo Código. Do Soldado ao Coronel, todos estão submetidos ao novo Código de Ética. Certamente, o superior, o chefe, o Comandante têm que dar o exemplo para que seja seguido por seus subordinados.

É necessário que o Cel. Álvaro, na sua condição de Comandante-Geral, tome providências enérgicas para que as pessoas não distorçam a lei e preguem terrorismo, para que falem não só dos deveres, mas também dos direitos que estão inseridos nesta nova ordem democrática que é o novo Código de Ética e de Disciplina dos Militares.

Gostaria de destacar a caravana de companheiros de Nanuque que vieram trazer a sua contribuição à Assembléia e ouvir dos Deputados o seu

posicionamento em relação à CPI que está sendo realizada pela Câmara Municipal, que vem prestando relevantes serviços ao povo de Nanuque e do vale do Mucuri. Temos certeza de que as denúncias contra o atual Prefeito, Sr. Jorge Miranda, são sérias e fundamentadas em documentos.

Tivemos oportunidade de receber vários Vereadores e estamos acompanhando de perto a denúncia. O Ministério Público, na pessoa do Procurador Gilvan Alves Franco, Chefe da Promotoria Especializada em Crimes Praticados por Prefeitos, tem que se manifestar, o mais urgente possível, sobre os autos da CPI instalada pelos Vereadores de Nanuque, de forma corajosa e transparente.

Os nossos cumprimentos pela coragem e pela determinação dos Vereadores de Nanuque ao agirem em nome da moralidade e da transparência, mas, acima de tudo, em nome dos interesses maiores do povo de Nanuque, do contribuinte, do cidadão, daquele que paga imposto e que quer do seu representante e do Chefe do Poder Executivo Municipal que as ações sejam realizadas de forma transparente e cristalina, para que o povo conheça a verdadeira administração desse município.

É com profunda tristeza que ocupamos a tribuna para falar sobre o assunto, mas precisamos falar, porque os Vereadores vêm fazendo um belo trabalho. Fica declarado o apoio deste Deputado a essa CPI e à Câmara Municipal de Nanuque, pela sua coragem e presteza e porque seus Vereadores agiram como autênticos representantes e legítimos porta-vozes do povo ao manifestar sua indignação em nome do próprio povo, que os elegeu para representá-lo. Parabéns, Vereadores e povo de Nanuque! Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Márcio Cunha* - Sr. Presidente, Sr. Secretário, Deputados, visitantes de Nanuque que nos honram com sua presença e a quem damos as boas-vindas deste Deputado e da Bancada do PMDB - saibam que estaremos vigilantes na defesa dos interesses dos municípios, na busca da melhoria das condições de vida de todos os mineiros -, aqui estamos para novamente dizer que esta Casa tem um grande esclarecimento, para a opinião pública, da verdadeira incumbência dos parlamentares. O parlamento estadual, neste País, está "ensanduichado" entre a Câmara dos Deputados e as Câmaras Municipais. Temos menos prerrogativas e condições de legislar que os congressistas, quer sejam Senadores ou Deputados Federais, ou os Vereadores, representantes do povo no Legislativo Municipal. Falo com a experiência dos 16 anos em que fui Vereador em Belo Horizonte. Realizava-me muito mais como Vereador do que como Deputado. O que falta a esta Casa, ao parlamento estadual? Reavermos as prerrogativas que tínhamos e que nos foram usurpadas ao longo dos anos. A Assembléia de Minas, em conjunto com a diretoria da UNALE, de que sou 2º-Tesoureiro, encontra-se em campanha nacional para a mudança da Constituição Federal, trazendo aos parlamentos estaduais nova consciência, novas prerrogativas, para que possamos estar ao lado das reivindicações do povo que representamos. Espero que nos preocupemos em que, através de nossas comissões temáticas, do nosso Colégio de Líderes e da Mesa, sejam trazidas a Plenário iniciativas para serem analisadas e democraticamente votadas pelos parlamentares.

Sou autor de mais de 40 projetos, e muitos já tramitaram em todas as comissões e estão impedidos de vir a Plenário por questão burocrática, que insisto em combater, pois este parlamento é subserviente ao Poder Executivo. Porque o Governo não aprova, as nossas iniciativas não vêm a Plenário para serem discutidas democraticamente. Faço esta defesa não como membro do partido, mas do parlamento, desta instituição da qual faço parte e que quero ajudar a transformar. Quero discutir com a sociedade os reais valores deste parlamento, assim como fez parte da imprensa, com relação às verbas destinadas. A que se presta o parlamentar? Quero discutir com a população, que muitas vezes vem ao nosso gabinete pedindo emprego, bolsa de estudo, coisas em relação às quais não temos responsabilidade. Não fui eleito para isso e sequer fiz esse tipo de promessa. Não estou dizendo isso porque estamos a 60 dias das eleições; venho dizendo durante todo o meu mandato. No "upgrade" que fiz de Vereador para Deputado Estadual, percebi a vocação governista desta Casa. Todos, com honrosas exceções, querem ser governo. Vejo isso principalmente nos pequenos municípios, onde as pessoas querem estar ao lado do Governo para terem algum benefício, deixando de lado temas que dependem de discussão mais acirrada, que não seja ligada a esta ou aquela ideologia. Isso enfraquece este parlamento.

É por isso que quero, mais uma vez, conchamar os meus pares para que colaborem mais para que as matérias oriundas dos Deputados possam vir a Plenário para serem discutidas com a sociedade. Há, por exemplo, um projeto meu criando a Ouvidoria da Licitação. Por que tive a intuição de fazer esse projeto? Porque, no início do Governo Itamar Franco, houve avalanche de notícias, todas elas sobre as licitações. Foi por isso que apresentei um projeto e acredito que, se tivermos mecanismo para acompanharmos as licitações e aquelas matérias que dispensem licitação, tenho certeza de que diminuiremos a possibilidade de fraude, de qualquer tipo de deturpação.

Portanto, é contribuição nossa, que não resolverá o problema da corrupção, mas criará maiores dificuldades àquelas pessoas que quiserem forjar processo licitatório. Essa é matéria que peguei aleatoriamente neste Plenário.

Temos presente o Deputado Marco Régis. Ao vê-lo, lembrei-me de três projetos que apresentei nesta Casa e que citarei também como exemplos. Tenho duas hérnias de disco. Quem tem problema de coluna sabe o que são as dores. Apesar de ter duas hérnias de disco, ilustre Deputado Marco Régis, graças a Deus, consigo praticar meu esporte preferido, o tênis. Através da acupuntura, consegui dar um basta às minhas dores e, às 6 horas da manhã, praticar meu esporte preferido. Ao ser curado, imaginei: por que não dar a toda a população acesso à acupuntura? Pude pagar um acupunturista, mas e o cidadão comum que sofre com determinadas dores que a chamada medicina tradicional não resolve? Por que não podemos ter o serviço de acupuntura nos hospitais públicos? Com esse objetivo, apresentei três projetos nesta Casa. O primeiro deles, instituindo o Dia do Acupunturista. Pasmem os senhores, mas esse projeto foi derrotado! Temos o Dia da Cachaça. Estou dando o exemplo da cachaça porque Minas Gerais hoje se esmera como grande produtora de cachaça, uma das bebidas destiladas mais vendidas no mundo. Temos orgulho da cachaça mineira. Temos o Pró-Cachaça, temos o Dia da Cachaça e não podemos ter o Dia do Acupunturista. Como diria na minha terra: tem base? O que acontece nesta Casa é um absurdo. Temos de privilegiar as iniciativas dos nobres pares, para que venham a Plenário e sejam discutidas democraticamente.

Outro projeto cria o Conselho Estadual de Acupuntura. Temos de ter um órgão que possa acompanhar o acupunturista. Temos médicos que cometem erros e são julgados pelo Conselho de Medicina; então, temos de ter um órgão fiscalizador dos acupunturistas, que os julgue se necessário. Graças a Deus, esse projeto prosperou.

O projeto mais importante é o que possibilita a acupuntura nos serviços públicos de saúde, mas está encravado na Comissão de Constituição e Justiça. Pude pagar um acupunturista e resolvi meu problema de fortes dores na coluna, de que sofria há mais de 12 anos. Um renomado médico chegou a aconselhar-me a mudança de atividade esportiva e uma cirurgia, mas, graças a Deus, achei a acupuntura e resolvi meu problema, podendo praticar meu esporte sem problema. Gostaria que o cidadão comum, o trabalhador, as pessoas idosas que sofrem com problemas crônicos que a nossa chamada medicina tradicional não consegue resolver tivessem, da mesma forma, acesso à acupuntura. Não estou induzindo pessoas a praticarem a acupuntura. Essa é uma questão que não será discutida por nós. Desejo que os hospitais públicos possibilitem às pessoas comuns o acesso a essa importante medicina chinesa, uma medicina milenar que, sem dúvida alguma, precisa ser mais difundida e conhecida pelo povo mineiro. Sou um intransigente defensor de que tenhamos essa clínica nos hospitais públicos do nosso Estado.

Sr. Presidente, quero dar as boas-vindas aos companheiros Deputados que retornam do recesso. Estamos num processo eleitoral, e conheço cada um dos Deputados desta Casa, com base parlamentar nos mais diversos e longínquos municípios mineiros, lembrando que são 853.

Reafirmamos nossa alegria de retornar a este Plenário e apelamos para que possamos trazer à discussão, com profundidade, os mais diversos projetos que estão nas comissões e no Plenário, tão importantes para a população mineira. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Edson Rezende* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público, telespectadores, cidadãos de Nanuque que estão em luta intensa pela moralidade, estamos retornando deste recesso, em que tanto trabalhamos em nossas bases, conhecendo melhor os cidadãos, bravos guerreiros, e seus problemas, como abuso de autoridade, distorção da administração pública, miséria, fome, mau gerenciamento do dinheiro público, etc.

Por outro lado, encontramos também experiências positivas e construtivas, que nos trazem alegria e orgulho por estar convivendo com mineiros que, apesar de sua simplicidade e singeleza, trazem-nos exemplos de vida, coragem e dignidade na luta pela sobrevivência.

Como Vice-Presidente da Comissão do Trabalho, fui chamado a Nanuque para conhecer os problemas dos seus servidores públicos. Encontrei valerosos Vereadores que instauraram três CPIs, que tornaram evidentes algumas irregularidades. Os servidores, há mais de 7 anos, não têm recomposição salarial, apesar da inflação embutida que o Governo insiste em negar, mas que vem corroendo nossos salários. Além disso, apesar do desconto em folha, não há recolhimento dos recursos para o Fundo Previdenciário do Servidor, o que é indício grave de apropriação indébita, porque os recursos que estão indo para o Tesouro Municipal não são da Prefeitura, mas dos próprios servidores.

Assistimos também a um debate em que a relatora de uma CPI afirmou que a contribuição sindical descontada em folha não é repassada ao sindicato. Isso é muito grave e é também indício de apropriação indébita de recursos dos trabalhadores, os quais deveriam ser destinados a um órgão tão importante na defesa dos servidores públicos municipais.

No entanto, segundo o Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos de Nanuque e levantamentos realizados pelas CPIs lá instaladas, a Prefeitura não está transferindo esses recursos para o Sindicato dos Servidores Públicos. Há indícios de apropriação indébita, o que é muito grave. Se isso for constatado, poderá causar sérios problemas para o Prefeito Municipal.

Outras denúncias de corrupção e de compra de máquinas, realizada em nome de terceiros com recursos da Prefeitura, estão contidas nessa CPI. Na condição de Vice-Presidente da Comissão do Trabalho, fui chamado para ouvir os servidores. Estive lá como ouvinte e como parceiro daqueles cidadãos e lhes ofereci a mão, a fim de que tenham um melhor desfecho para esse processo.

O Deputado Doutor Viana (em aparte)* - Agradeço o aparte, nobre Deputado Edson Rezende. Solidarizo-me com V. Exa. e com os funcionários públicos de Nanuque. Se realmente estão ocorrendo essas faltas graves da Assembléia Legislativa, como vou relatar, temos de defender o interesse do povo de Nanuque e de nos unir no combate a essas situações irregulares. Não permitimos que se faça isso com o povo e com os funcionários. Estão ocorrendo essas situações, e V. Exa. relatou-nos uma terceira, contra a qual temos de nos posicionar. Fui Prefeito de Curvelo, de 1989 a 1992, e não aceitava que se descontasse do servidor um valor sem que lhe fosse destinado, seja por meio do seu órgão de previdência, seja pelos sindicatos.

V. Exa. está de parabéns. É preciso que aconteça o que estamos vendo. O povo tem a força. Estamos aqui porque fomos eleitos pelo povo. Muitos querem, e poucos são escolhidos. Primeiro, Deus escolhe, depois, o povo, que tem de denunciar e de trazer ao nosso conhecimento essas ocorrências. É nossa obrigação defendê-lo, como V. Exa. está fazendo, com muita razão. Estamos prontos para apoiá-lo no que precisar. Não podemos mais aceitar essas condições de corrupção e de imoralidade no serviço público, não apenas de Nanuque, mas de qualquer cidade do País. Obrigado.

O Deputado Edson Rezende - Muito obrigado, Deputado Doutor Viana.

Deixou-me estupefato o relato feito na Câmara Municipal, motivo de revolta não apenas para os Vereadores, mas também para a população. Após o processo de investigação e conclusão da CPI e da aprovação dos três relatórios, o Prefeito de Nanuque recebeu, no final do mês, a Medalha do Mérito Legislativo, ou seja, de Honra ao Mérito desta Casa. Isso aconteceu durante um processo que poderia ser incriminatório e após o término de uma CPI que apontava indícios de irregularidades. Isso me deixou constrangido e sem resposta diante dos questionamentos a mim dirigidos pelo povo e Vereadores.

Esta Casa tem de tomar cuidado. Se há processo em andamento, não há por que oferecer Medalha de Honra ao Mérito. Primeiro temos de esperar o término do processo. E o pior é que terminou naquela Casa, pelo menos, e levou a indícios de corrupção do Prefeito. Não fica bem oferecer Medalha de Honra ao Mérito Legislativo para quem tem sobre a cabeça uma grande interrogação, pois não sabemos se há ou não corrupção, se há ou não apropriação indébita feita pelo Prefeito de Nanuque. Trago aqui os meus protestos, em nome daquela comunidade.

Hoje o povo de Nanuque e a CPI que aprovou esses três relatórios irão ao Ministério Público apresentá-los. Não poderemos acompanhá-los, porque temos outros trabalhos e compromissos aqui, mas acompanharemos, "pari passu", todo o processo. O povo de Nanuque está aqui representado pelas valorosas Vereadoras, que tivemos muito orgulho de conhecer, e pelos valorosos cidadãos que estavam presentes naquela Câmara e que, apesar de toda a pressão política para não irem àquela audiência, tiveram coragem e foram.

Como Vice-Presidente da Comissão do Trabalho e membro da Comissão de Direitos Humanos, entregaremos ao Deputado João Leite, aqui presente - valeroso companheiro da Comissão de Direitos Humanos -, na próxima reunião, o relatório que me foi entregue na última reunião feita em Nanuque, a fim de que façamos uma avaliação.

A Comissão de Direitos Humanos foi para nós grande aprendizado. Ela estará acompanhando essa questão como sempre fez, porque, onde há abuso de autoridade, abuso de poder, distorção, extorsão ou corrupção, a Comissão de Direitos Humanos nunca deixou de estar presente e de ficar ao lado daqueles que lutam por justiça. E é por justiça que receberá, na reunião da próxima quarta-feira, esse relatório e posicionar-se-á, a fim de que o Ministério Público faça detida análise de todo o material entregue pelos Vereadores de Nanuque e pela comissão que os acompanha.

Depois de Nanuque, passei por outros lugares e falei sobre o valor desse movimento no Norte de Minas. Nós, aqui do Sul, aprendemos muito com o valor que deram à fiscalização e com a coragem que tiveram para enfrentar esses problemas, porque é isso que temos de fazer no exercício de nossos direitos como parlamentares. Parabéns. Estaremos juntos em toda essa luta junto ao Ministério Público e em outras instâncias, no que se fizer necessário. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, Deputado Ivo José, visitantes, imprensa, é com muito otimismo que reabrimos a última parte da 4ª Sessão Legislativa desta 14ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Daqui para a frente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, nós, Deputados, estaremos na reta final deste período

legislativo submetendo-nos ao veredicto popular, pois muitos concorreremos à reeleição nesta Casa ou à eleição para outros cargos eletivos.

Sr. Presidente, apesar do pouco que andamos no período do recesso, ficamos seriamente preocupados com as eleições que se avizinham. A política brasileira está prostituída. Não temos mais a busca e o exercício de valores cristãos, de valores ideológicos, de valores políticos. Está, sim, a política brasileira num verdadeiro campo mercantil. É lamentável, Sr. Presidente, o que encontramos por esse interior afora. Parcela significativa de Vereadores e Prefeitos estão com a goela aberta e escancarada, em busca de engolir as vantagens e as seduções que muitos candidatos lhes oferecem. E o jogo é de lado a lado. Há candidatos a Deputado e Deputados no exercício do mandato que são carregadores da mala preta, oferecendo dinheiro para receber apoio nas eleições.

Por outro lado, muito piores são aqueles Prefeitos e Vereadores que, ao invés de se dignarem a ter uma posição política, estão no interior tentando vender por preço alto seus votos. A cada dia, fico mais desiludido com a chamada política de altruísmo e com a democracia, porque esta é de conveniência, como já falei outras vezes desta tribuna. Para mim, a democracia serve a quem está no poder e quer expressar o seu poderio.

Já dissemos aqui que os Estados Unidos alardeavam ser o país mais livre e democrático do mundo. Mas, com o ataque que sofreram... Não digo ataque terrorista, porque terrorismo é um julgamento subjetivo. A própria rede de tevê britânica BBC proibiu seus repórteres e apresentadores de se referirem ao 11 de setembro de 2001 como atentado terrorista. Já expressei da tribuna desta Casa - e, agora, a BBC também expressou - que terrorismo é um julgamento subjetivo. O 11 de setembro de 2001, para mim, foi um ato de guerrilha. Como podem os marginalizados, os excluídos, os submetidos à pressão dos Estados Unidos ousar enfrentar aquele país poderoso, de peito aberto, com suas armas inferiores? Não há outra maneira para combater um monstro a não ser atacá-lo, lutar com faca e tiro, e até com "terrorismo". Já disse isso aqui uma vez. Vejo fortalecida a minha posição nesta Casa, combatendo esse monstro chamado Estados Unidos da América.

O "Estado de Minas" de 21 de junho passado trouxe uma matéria sobre o Arcebispo Bernard Law, da Igreja Católica de Boston. Ele escreveu uma carta ao Presidente Bush, questionando o comportamento dos Estados Unidos. Por que os Estados Unidos são alvo de atentado em todo o mundo? Por que são odiados por todo o mundo? Eles semearam o vento e estão colhendo a tempestade, semearam ódio e estão colhendo aquilo que pregaram. Gostaria de ler alguns trechos da carta, que começa assim:

"Sr. Presidente, conte a verdade ao povo sobre terrorismo. Se as ilusões acerca do terrorismo não forem desfeitas, a ameaça continuará até nos destruir completamente. A verdade é que nenhuma das nossas muitas armas nucleares pode nos proteger dessas ameaças. Nenhum sistema "Guerra nas Estrelas", não importa quão tecnicamente avançado seja, nem quantos trilhões de dólares sejam despejados nele, poderá nos proteger de arma nuclear trazida num barco, avião ou carro alugado. Nenhuma arma sequer do nosso vasto arsenal, nem um centavo sequer dos US\$270 bilhões gastos por ano no chamado sistema de defesa pode evitar uma bomba terrorista. Isso é um fato militar".

Lerei outros trechos interessantes da carta:

"Que absurdo, Sr. Presidente. Somos alvo dos terroristas porque na maior parte do mundo o nosso Governo defendeu a ditadura, a escravidão e a exploração humana. Somos alvo dos terroristas porque somos odiados. E somos odiados porque o nosso Governo fez coisas odiosas. Em quantos países agentes do nosso Governo depuseram líderes eleitos pelos seus povos, substituindo-os por militares ditadores, marionetes desejosas de vender o seu próprio povo a corporações americanas multinacionais?

Fizemos isso no Irã, quando os marines e a CIA depuseram Mossadegh, porque havia a intenção de nacionalizar a indústria do petróleo. Substituímo-lo pelo Xá Reza Pahlevi, armamos, treinamos e pagamos a sua odiada guarda nacional, Savak, que escravizou e brutalizou o povo iraniano para proteger o interesse financeiro das nossas companhias de petróleo. Depois disso, será difícil imaginar que existam pessoas no Irã que nos odeiem?

Fizemos isso no Chile, no Vietnã. Mais recentemente, tentamos fazê-lo no Iraque. E, é claro, quantas vezes na Nicarágua e em outras repúblicas da América Latina?

Uma vez atrás da outra tentamos destituir líderes populares que desejavam que as riquezas da sua terra fossem repartidas pelo povo que as gerou. Substituímo-los por tiranos assassinos que venderiam o seu próprio povo para que, mediante o pagamento de vultosas quantias para engordar as suas contas particulares, a riqueza da sua própria terra pudesse ser tomada por similares à Domino Sugar, à United Fruit Company, à Folgers e por aí adiante.

De país em país, o nosso Governo obstruiu a democracia, sufocou a liberdade e pisou nos direitos humanos. É por isso que somos odiados ao redor do mundo. E é por isso que somos alvo dos terroristas.

O povo do Canadá desfruta da democracia, da liberdade e dos direitos humanos, assim como o da Noruega e o da Suécia. Ouviu falar de embaixadas canadenses, norueguesas ou suecas sendo bombardeadas? Não somos odiados porque praticamos a democracia, a liberdade e os direitos humanos. Somos odiados porque o nosso Governo nega essas coisas aos povos dos países do Terceiro Mundo, cujos recursos são cobiçados pelas nossas corporações multinacionais.

Esse ódio que semeamos virou-se contra nós para nos assombrar na forma de terrorismo e, no futuro, terrorismo nuclear. Uma vez dita a verdade sobre o porquê de a ameaça existir e ter sido entendida, a solução se torna óbvia. Precisamos mudar as nossas práticas. Livrarmo-nos das nossas armas nucleares, unilateralmente, se necessário, melhorará nossa segurança. Alterar drasticamente a nossa política externa irá assegurá-la. Em vez de enviar os nossos filhos e filhas ao redor do mundo para matar árabes, para que possamos ter o petróleo que existe sob as suas areias, deveríamos mandá-los para reconstruir as suas infra-estruturas, fornecer água limpa e alimentar crianças famintas.

Em vez de continuar a matar milhares de crianças iraquianas todos os dias, com as nossas sanções econômicas, deveríamos ajudar os iraquianos a reconstruir suas estações elétricas, as suas estações de tratamento de água, os seus hospitais e todas as outras coisas que destruímos e que os impedimos de reconstruir com as nossas sanções econômicas.

Em vez de treinar terroristas e esquadrões da morte, deveríamos fechar a Escola das Américas. Em vez de sustentar a revolta, a desestabilização, o assassinio e o terror em redor do mundo, deveríamos abolir a CIA e dar o dinheiro gasto por ela a agências de assistência.

Resumindo, deveríamos ser bons em vez de maus. Quem iria tentar deter-nos? Quem iria odiar-nos? Quem iria nos querer bombardear?

Essa é a verdade, Sr. Presidente George Bush. É isso que o povo americano precisa ouvir.

Bernard Law, Arcebispo de Boston".

Esse texto, deveras contundente, tratado por um religioso americano, dá mostras daquilo que temos exposto aqui, na Assembléia Legislativa. Não sou um antiamericano odioso nem sou um defensor de perda de vidas humanas. No entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando defendo atos mais duros contra os Estados Unidos, temos de assim fazê-lo porque não podemos ficar eternamente sob as botas desse império, sob a tutela desse império. O Brasil, particularmente sob o Governo Fernando Henrique Cardoso, é um país submisso que tergiversou com os Estados Unidos da América. Portanto, estamos aqui pregando mudanças.

Gostaria de abordar outro tema, um artigo que foi publicado pelo semanário "Edição do Brasil" nº 1.031. Apenas um jornal semanário, muito bem dirigido pelo jornalista Eujácio Antônio Silva e pelo seu Diretor-Editor Artur Luís Ferreira, publicou a denúncia de um jornalista cujo pseudônimo é Bruno César - não vou revelar o seu nome -, denunciando a fusão da CSN com a multinacional anglo-holandesa Corus, na verdade, um crime contra a pátria brasileira.

O testa-de-ferro do capitalismo internacional, que sempre denunciei desta tribuna, Sr. Benjamin Steinbruch, arrematou a CSN e a Companhia Vale do Rio Doce. Eu esperava que, um dia, ele fosse fazer isso que está fazendo: entregar o que foi arrematado, mas construído com o suor do povo brasileiro, por mecanismos escusos, por manobras trapaceiras ao capital internacional.

Estamos nos referindo à fusão e à posterior entrega do minério de ferro do mais puro teor de hematita, da Mina do Porto de Pedra, de Congonhas do Campo. Com a fusão entre o grupo Corus e a CSN, essa mina vai ser levada para o exterior. O cínico Sr. Steinbruch disse que isso vai aumentar as nossas exportações. Sim, vai aumentar as nossas exportações, mas também vai roubar do povo brasileiro o que tem de mais precioso, porque, na verdade, não vão pagar o que se deveria pelas exportações: vão levar o minério para ser manufaturado no exterior, e ele voltará a preço de ouro.

Parabéns ao jornal "Edição do Brasil". Enquanto a grande imprensa brasileira escondeu e dissimulou essa negociata internacional, um jornal semanário modesto fez a denúncia. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, Deputado Ivo José, colegas Deputados, fiz questão de usar a tribuna agora, no início deste segundo semestre, para, neste pouco tempo, apenas iniciar a abordagem de um tema que, certamente, terá de ser rediscutido: o agravamento da crise econômica no Brasil.

Assistimos, durante cerca de dois meses e meio, ao anúncio de uma farsa, com a qual procuraram motivar o povo brasileiro a, mais uma vez, ter medo de mudanças. Começaram a dizer que o Brasil poderia viver e estaria vivendo um período de crise econômica porque se informava, nas pesquisas eleitorais - e vivemos um ano eleitoral importante -, o crescimento da candidatura de Lula, que é certamente a esperança de mudança e aquela capaz de fazer com que elas ocorram no Brasil.

Com o crescimento da candidatura de Lula, iniciou-se, em setores da classe dominante, em segmentos conservadores do País e em muitos setores da mídia, uma campanha mentirosa, hoje desmascarada, que indicava que o crescimento da candidatura de Lula era responsável pela subida do dólar, pela queda da Bolsa e assim por diante, tentando-se esconder o real motivo da crise econômica.

Fiz um pronunciamento acerca desse assunto e denunciei, já naquela época, essa mentira. E hoje o Brasil encontra-se à beira de uma crise muito profunda. O dólar fechou ontem a R\$3,47. Já dizia o Macaco Simão, na "Folha de S. Paulo", que o dólar é tri, partindo para o tetra, e, nesse ritmo, corremos o risco de ir rapidamente para o penta.

O fato é que essa crise econômica é resultado de um modelo econômico implantado mundialmente, que o Governo Fernando Henrique seguiu cegamente, de acordo com o que mandavam e mandam fazer o FMI e o capital financeiro internacional. Hoje o motivo da crise econômica é claro, tanto que não apenas a Argentina, mas o Uruguai, o Brasil e os países da América Latina mergulham em uma crise econômica profunda, fruto de um modelo econômico que precisa ser modificado.

Não terei tempo de abordar a questão da necessidade dessas transformações, mas teremos de travar esse debate político aqui, mesmo porque aqueles que são partidários das candidaturas que giram em torno desse modelo econômico, notadamente a de José Serra, do PSDB, que é o candidato oficial do Fernando Henrique Cardoso, certamente sabem que são candidatos que darão continuidade a esse modelo econômico e a essa crise.

E essa discussão terá de ser efetuada, a fim de que o povo brasileiro possa ter um voto consciente, saber as origens da crise e optar, também de forma consciente, pelas mudanças econômicas que devem ser feitas, e não mais acreditar nas lorotas que tentam transformar o processo eleitoral em um grande pavor para se tentar evitar aquilo que o povo brasileiro espera há muito tempo: uma mudança profunda nos rumos da economia, da política e das questões sociais no Brasil.

Quis ocupar este tempo exatamente para cobrar daqueles setores que, durante dois meses e meio, diziam ser a crise econômica fruto do crescimento da candidatura do Lula a mentira que colocaram, bem como para alertar o povo mineiro de que a mudança é a única arma para evitar o aprofundamento da crise econômica e social no Brasil. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

380ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 7/8/2002

O Deputado Dimas Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores que ocupam as galerias, imprensa presente e assessoria da Casa, inúmeras vezes tenho ocupado esta tribuna para falar do descaso com que tem sido tratado o produtor rural mineiro.

Recentemente, houve um encontro entre alguns representantes da classe produtora do Norte de Minas e o candidato a Governador do Estado pelo PMDB, Newton Cardoso. Nessa ocasião, estiveram presentes o Deputado Federal Saraiva Felipe, a Deputada Federal Maria Lúcia Cardoso e o nosso companheiro, grande líder do Norte, Deputado Luiz Tadeu Leite. Tivemos a oportunidade de ouvir depoimentos dramáticos. Para se ter uma idéia, uma caixa de mamão papaia, com 18 unidades selecionadas, está sendo vendida a R\$1,00, enquanto o consumidor paga cerca de R\$2,00 pelo quilo desse produto no sacolão.

Convenhamos, o produtor rural não está conseguindo repor sequer os custos da produção, e isso demonstra claramente por que o Governo Federal consegue manter baixo o índice de inflação.

A propósito, Presidente, Srs. Deputados, recebi, no decurso do recesso parlamentar, correspondência do Presidente da FAEMG, Dr. Gilman

Viana, cobrando nosso empenho junto às autoridades competentes quanto à extensão da tarifa diferenciada de energia elétrica -tarifa verde - para as áreas irrigadas, nos sábados, domingos e feriados; quanto ao cumprimento da Lei nº 10.438, de 26/4/2002, que garante o uso da tarifa diferenciada de energia na atividade de irrigação, no horário compreendido entre 21h30min e 6 horas; quanto à extensão dessa tarifa diferenciada de energia para os consumidores de baixa medição - abaixo de 75kWh -, com uso exclusivo para irrigação; e quanto à suspensão imediata do encargo de capacidade emergencial, o seguro apagão.

Como sabemos, o Norte de Minas, o vale do Jequitinhonha e o Noroeste do Estado são as regiões mais carentes do nosso Estado, tendo como base de suas economias as atividades frutícolas e agrícolas irrigadas.

Essas atividades proporcionam emprego e renda a uma imensa população carente, fixando esse contingente nas regiões de origem e evitando o fluxo migratório rumo aos grandes centros, o que gera instabilidade social difícil de ser controlada. As propriedades que se dedicam à atividade rural nessas regiões dependem da irrigação, pois são regiões de clima muito quente e seco na maioria dos meses do ano.

Com a entrada do período da estiagem, as lavouras requerem maior tempo de funcionamento do sistema de irrigação, para compensar a ausência de condições pluviométricas satisfatórias. Como consequência, temos o aumento dos custos com a produção, inviabilizando a atividade, já penalizada com o excesso de tributos e taxas cobradas do setor.

Convém salientar que essas reivindicações já são do conhecimento tanto dos órgãos estaduais quanto dos federais, pois cuidou o nosso Presidente da FAEMG de encaminhar a todos eles as reivindicações desse setor tão penalizado.

Convém frisar que o Governo do Estado, por meio do Decreto nº 42.825, de 2/8/2002, criou o programa Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural em Minas Gerais - CULTIVAR -, com a finalidade de promover ações de reestruturação e descentralização fundiária no Estado e desenvolver e incentivar a atividade rural como alternativa econômica de desenvolvimento rural sustentável, com vistas à melhoria das condições socioeconômicas da população residente nas áreas rurais.

Esperamos que não seja mais uma lei para ficar no papel, pois, afinal, já temos o FUNDERUR, já temos o Fomentar Terra, que, diga-se de passagem, têm dotações orçamentárias inclusive para o ano 2003. E, do outro lado, temos o produtor rural, com o pires na mão.

Se o Governo tem um programa para a agricultura mineira, então temos de fazer com que esse programa saia do papel e se concretize no meio rural, salvando os nossos produtores do colapso.

A bem da verdade, o produtor rural não está conseguindo nem mesmo pagar as contas de energia gasta com a irrigação nas regiões Norte, Jequitinhonha e Noroeste de Minas.

Fica, portanto, mais uma vez, o meu apelo às autoridades responsáveis pelo setor agrícola, para que tomem as providências necessárias e ajudem a salvar o nosso Estado, o nosso Norte de Minas, o nosso Brasil. Precisamos nos conscientizar dessa necessidade e mostrar ao Governo Federal que ele tem de investir no homem do campo.

O Deputado João Batista de Oliveira (em aparte) - Caro Deputado Dimas Rodrigues, é com muita satisfação que vou apartear-lo, porque conheço o seu trabalho e as suas andanças. Estivemos em muitas caminhadas pelo interior de Minas em defesa do produtor e, principalmente, da produção mineira.

Assistimos a depoimentos emocionados no Norte de Minas. Uma senhora nos disse que não passava mais na porta do Banco do Brasil, porque seu marido estava enterrado lá dentro. É dessa forma que quem trabalha no Brasil é tratado; é dessa forma que quem produz no Brasil é tratado: pega dinheiro para plantar uma roça e, depois, tem de vender a fazenda para pagar os juros.

Como Presidente da Comissão de Agropecuária, trago a nossa solidariedade. Precisamos nos engajar nessa proposta. Temos de inverter essa situação no Brasil. Hoje, se quisermos arranjar dinheiro para construir mil casas populares numa cidade grande, o Governo Federal dá; se quisermos construir 100 casas no interior, para que as pessoas morem com qualidade e possam trabalhar lá, não conseguimos. O modelo brasileiro, a cada dia, convida mais as pessoas do interior para morarem na cidade, para se matarem ou morrerem na cidade.

Gostaria de falar da importância do seu pronunciamento. Não podemos nos cansar de falar sobre isso. Em Porteirinha, o povo fica querendo plantar algodão, e o Governo não financia, não arranja semente ou adubo para aquelas famílias, que sempre ganharam seu sustento plantando algodão, para que possam viver na terra de que gostam e que amam. Enquanto isso, Minas está importando algodão de outros Estados para as nossas indústrias.

Sempre que possível, temos de falar para tentar inverter esse processo, porque os jovens do interior não desejam mais a cidade grande. Eles querem renda e emprego, desejam ficar na terra em que nasceram, pois sabem o risco e a aventura que é vir para a cidade grande.

Deixo aqui o meu abraço ao Deputado Dimas Rodrigues.

O Deputado Dimas Rodrigues - Agradeço ao Deputado pela sua fala e pelo excelente trabalho prestado à frente da Comissão de Agropecuária.

V. Exa. citou muito bem o caso do algodão. O Norte de Minas chegou a plantar 100.000ha de algodão. Naquela época, havia 100 mil empregos. Hoje, plantamos 15.000ha. Esse é um problema muito grande. Precisamos de incentivo. Sempre bati nessa tecla, sempre mostrei ao Governo Federal e às autoridades competentes que é preciso investir no homem do campo. Somente assim, será resolvida parte dos problemas sociais.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Quero também cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento. Gostaria de acrescentar um fato que está ocorrendo em nossa região, no Jaíba, com o Projeto Jaíba especificamente. Aproveito seu pronunciamento para fazer também um apelo.

Temos ali - é do conhecimento de todos - em torno de 3.000 colonos que acreditaram no Projeto Jaíba desde a sua implantação. Eles receberam as terras, cultivaram-nas e, por questões de ordem financeira, principalmente devido ao alto custo da energia elétrica para irrigação e ao alto custo da água extraída do São Francisco, que é cobrada pela direção do Projeto Jaíba, de 3.000 colonos assentados, cerca de 1.800, quase 60%, estão inadimplentes.

O Projeto Jaíba, alardeado como o maior da América Latina, já está partindo para a sua segunda etapa, que ainda não foi iniciada devido à burocracia do COPAM e do IEF, que não liberam a licença ambiental. A próxima etapa é gerar riquezas para os Municípios de Jaíba e Matias Cardoso.

Ao percorrermos a parte social do projeto, constatamos que 1.800 colonos estão inadimplentes, não têm dinheiro para pagar a luz da irrigação e a água extraída do rio São Francisco. Por isso, estamos tentando a criação de um fundo de aval, financiado pelo Governo Federal, por meio do Banco do Nordeste, de mais de R\$25.000.000,00. A contrapartida do Estado, apesar de disponibilizada pelo BDMG, por meio do FUNDERUR, está presa na Procuradoria por questões burocráticas. Ontem, nos reunimos com o Secretário Paulino Cícero, que vem demonstrando grande sensibilidade, e com as direções do Projeto Jaíba e do Banco do Nordeste. Faço um apelo à Procuradora-Geral do Estado, Dra. Carmem Lúcia, nossa conterrânea de Espinosa, no Norte de Minas, para que examine com urgência as questões referentes à constituição desse fundo de aval, nos mesmos moldes de outros fundos existentes nos Estados da Bahia e Pernambuco. Faço esse apelo a fim de que a segunda etapa do Projeto possa ser desencadeada, Deputado Dimas Rodrigues.

Também apelo ao Deputado João Batista de Oliveira, Presidente da Comissão de Agropecuária, para que, na próxima semana, possamos nos dedicar às questões relacionadas com o Projeto Jaíba e à constituição desse fundo de aval, fundamental para dar assistência àqueles 1.800 colonos, que têm a terra mas estão impossibilitados de arcar com as despesas junto ao Banco do Nordeste. Esse apelo, que acrescento ao belo pronunciamento de V. Exa., Deputado Dimas Rodrigues, faço ao Deputado João Batista de Oliveira, do meu partido, figura ímpar na política mineira, a fim de que nos ajude, na próxima semana, a constituir esse fundo de aval, beneficiando 1.800 famílias do Projeto Jaíba. Muito obrigado.

O Deputado Dimas Rodrigues - Parabéns, Deputado Carlos Pimenta, por suas palavras e pelo trabalho que vem desenvolvendo. Também tenho o privilégio de ser majoritário no Projeto Jaíba. Portanto, somos seus defensores. Aqueles 1.800 produtores inadimplentes são trabalhadores, que sabem lidar com a terra e precisam de incentivos. Elogio o trabalho do Secretário da Agricultura, Dr. Paulino Cícero. Apelo à Dra. Carmem Lúcia para que libere com rapidez o fundo de aval, porque os nossos produtores estão precisando urgentemente captar recursos dos agentes financeiros. Obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 6/8/2002, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/03/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Luiz Tadeu Leite

exonerando Noelio Francisco de Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

nomeando Janine Miranda da Cunha Peixoto para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

nomeando Noelio Francisco de Oliveira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas.

TERMO DE CONTRATO DE DOAÇÃO

Contratante (doadora): Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada (donatária): Colônia Z 12 dos Pescadores Profissionais Artesanal de Brasilândia de Minas. Objeto: doação de bens móveis inservíveis. Licitação: dispensada.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2002

Convite nº 28/2002

Objeto: aquisição de 1 impressora laser Lexmark W820 e 1 unidade de fita DLT Compaq 40/80 GB Tape Drive externa ou similar. Licitantes habilitadas: Lopes & Rubinger Informática Ltda., Ask Informática Ltda. e Net Systems Soluções em Rede e Engenharia Ltda.